

# AS PRETENSÕES DA RÚSSIA DE DOMINAR O COMÉRCIO GLOBAL

REIS FRIEDE\*  
Desembargador Federal

---

Enquanto a China busca estabelecer sua hegemonia sobre a porção ocidental do Oceano Pacífico e, mais precisamente, sobre o Mar do Sul da China (MSC), além da Região do Oceano Índico (ROI)<sup>1</sup>, como prelúdio de suas ambições globais, a Rússia de Vladimir Putin<sup>2</sup>, por sua vez, ostenta planos de dominar o Ártico e, em especial, a nova rota marítima que vem surgindo em decorrência do acelerado degelo daquela região, em razão do aquecimento global.

Ambos os países<sup>3</sup>, que, com cada vez mais ênfase, desafiam a seu modo a Nova Ordem Internacional (inaugurada em 1991), vêm buscando rapidamente

melhorar suas posições no intrincado xadrez geopolítico mundial, com o propósito último de remover os Estados Unidos da América (EUA) de sua singular posição de superpotência global, procurando ocupar as atenções de Washington nas questões de Taiwan (em relação à China) e da Ucrânia (em relação à Rússia), além de impor novos desafios, como a presente nuclearização da Coreia do Norte e, futuramente, do Irã.

Por enquanto, não há nenhum tipo de conflito entre a Rússia e a China, posto que ambos os governos autocráticos desenvolvem estratégias não concorrentes entre si,

---

\* Professor conferencista na Escola de Guerra Naval (EGN). Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), professor *Honoris Causa* da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (Ecemar), professor emérito da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO) e conferencista especial da Escola Superior de Guerra (ESG). Entre outras obras, é autor do livro *Ciência Política e Teoria do Estado*. É colaborador frequente da *RMB*.

repartindo (convenientemente) as suas atuais (e projetadas) zonas de influência.

O projeto russo de reerguer seu anterior império (soviético) perpassa pela projeção de sua economia por meio do domínio de uma nova (e muito mais curta e econômica) rota comercial pelo Ártico, revolucionando o comércio global como outrora os britânicos lograram fazer por meio da construção do Canal de Suez<sup>4</sup>.

Antes dessa estratégica passagem ser construída, os navios que saíam da Europa em direção à Ásia, por exemplo, tinham que contornar todo o continente africano. Com a sua abertura, em 1869, a distância foi reduzida em mais de 23%, encurtando a viagem em aproximadamente 26 mil quilômetros e fazendo com que a região adquirisse uma enorme importância estratégica. Tanto tal fato é verdadeiro que, quando o Egito resolveu nacionalizar o canal, foi gerada a chamada Crise de Suez<sup>5</sup>, fazendo com que nações europeias, como a França e o Reino Unido, enviassem forças militares para a região, buscando restabelecer o controle do local devido à sua incontestável relevância comercial como uma passagem vital para estes países, sobretudo pela importância do petróleo que importavam.

Atualmente, o Canal de Suez é rota de 12% de todo o comércio global e, devido aos seus grandes custos de manutenção, são cobradas elevadas taxas dos navios que o utilizam. A título exemplificativo, somente em 2018, o Canal de Suez faturou 5,8 bilhões de dólares. Estas cobranças acabam aumentando o custo dos produtos e reduzindo a competitividade em um mundo cada vez mais globalizado. Além

disso, o canal apresenta uma série de problemas no campo da logística, como o tamanho máximo das embarcações (275 metros) e o peso máximo (200 mil toneladas), sendo certo que os navios superiores a tais medidas são obrigados a contornar toda a África. Soma-se a estes fatores o fato de que qualquer erro de manobra no canal poder causar um travamento, como foi o caso do navio *Ever Given* em 2021. Adicionalmente, há o perigo de pirataria no Oriente Médio, as instabilidades políticas na região e a completa impossibilidade de uma reforma modernizadora, comprometendo o aumento da eficiência do Canal de Suez.

Nesse diapasão, a existência de uma rota alternativa ao Canal de Suez, mais segura, curta e econômica, seria uma verdadeira revolução no comércio mundial. E é esta exatamente a intenção da Rússia: dominar uma nova passagem pelo Ártico, estabelecendo

### **A existência de uma rota alternativa ao Canal de Suez pelo Ártico seria uma verdadeira revolução no comércio mundial**

sua soberania na região, a exemplo do que vem pretendendo fazer a China no Mar Meridional<sup>6</sup>. Vale recordar que a primeira pessoa a navegar por esta rota (alternativa) foi Adolf Erik Nordenskiöld, em 1879, que partiu da Suécia para a Rússia com sucesso, representando (à época) uma revolução para o mundo, uma vez que havia encontrado uma nova forma de conectar a Europa com a Ásia de forma mais eficiente.

No entanto há um grave problema em relação a esta rota (razão primaz de sua não utilização, até os dias atuais, como principal trajeto comercial do mundo): o gelo na região, e, conseqüentemente, as enormes quantidades de *icebergs* e

calotas polares, que fazem com que a passagem seja dificultosa, e mesmo quase impossível, sem a assistência de navios especializados em removê-los.

Por conta disso, ao longo de todos esses anos, essa rota sempre foi subutilizada. Todavia, a partir de 1979, com o crescimento da população e da utilização de combustíveis fósseis, o aquecimento global na Terra começou a se acentuar, fazendo com que, nos últimos 40 anos, a cobertura de gelo no Ártico diminuísse mais de 40%, sendo correto afirmar que previsões mostram que, caso as temperaturas continuem se elevando no mesmo ritmo, a passagem estará livre, ainda nesta década, para o uso comercial em larga escala.

Em 2018, por exemplo, o primeiro navio cargueiro pesado passou pela rota, saindo da Coreia do Sul em direção à Europa, encurtando a viagem em 14 dias quando comparada à passagem pelo Canal de Suez e reduzindo, desta forma, em 35% o

custo com combustível, além de evitar as altas tarifas do canal, os piratas na região do Oriente Médio e os limites de tamanho para a travessia em Suez.

Todavia não é somente nessa rota que a passagem russa encurta as distâncias: de Xangai até Roterdã, este novo itinerário reduz a viagem em 24%, encurtando-a em mais de 8 mil quilômetros e demorando 20 dias a menos do que se o trajeto fosse realizado através do Canal de Suez. Existem, ainda, viagens com benefícios ainda maiores, como as que partem de Yokohama, no Japão, para a Alemanha, em que a rota é encurtada em 40%.

Esse novo caminho, que a Rússia afirma pertencer exclusivamente à sua soberania (tal como a China faz em relação ao MSC), vai conectar as regiões mais importantes do mundo: a Ásia - com a relevância das economias da China, do Japão e da Coreia do Sul - com a Europa, ainda o principal polo econômico do mundo, se considerada a força (integrada) da União Europeia.

Adicionalmente, como deseja Putin, essa nova e estratégica passagem também se tornaria uma arma política, pois, devido à sua grande vantagem econômica, estima-se que deixe o trânsito marítimo 15% mais barato, propiciando à Rússia o poder de escolher quais nações poderão passar por suas águas.

Além disso, o derretimento do gelo na região ártica vai viabilizar (economicamente) a exploração de recursos naturais, como petróleo, gás natural, minérios e outras importantes *commodities*, valendo

do esclarecer que aproximadamente 22% das reservas de gás e petróleo do mundo se localizam no Ártico<sup>7</sup>.

Dessa forma, a Rússia, que já detém a maior reserva de gás do mundo e a oitava maior reserva de petróleo, vai expandir ainda mais sua influência energética sobre o mundo. E, dada a importância econômica desta passagem para a Rússia, o Presidente Putin declarou na Assembleia russa, em 2013, que desenvolvê-la é a prioridade nacional de Moscou por todo o século XXI. Por conta disto, o plano do governo russo é focar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura para preparar

**Essa nova e estratégica  
passagem pelo Ártico  
também se tornaria uma  
arma política, propiciando  
à Rússia o poder de escolher  
quais nações poderão passar  
por suas águas**

a região para receber navios e se conectar com o resto da Rússia, visando aumentar sua eficiência comercial.

Oportuno pontuar que, entre 2012 e 2014, a Rússia investiu massivas somas em projetos para modernizar portos e ampliar a infraestrutura do local, além de ter construído a ferrovia transiberiana de 9 bilhões de dólares para conectar a região. Em 2017, o Kremlin anunciou mais investimentos (4 bilhões de dólares), além de diversos outros projetos. A expectativa de Putin é que, em 2030, 80 milhões de toneladas sejam transportadas através desta nova rota, com sua influência crescendo paulatinamente.

Ademais, resta consignar que a única rota concorrente é a que passa próximo ao Canadá. Contudo, ao contrário da Rússia, Ottawa não desenvolveu a infraestrutura da região ártica, e hoje esta encontra-se

praticamente abandonada pelo país, de tal modo que a passagem (alternativa) através do Canadá é menos atrativa que a russa, devido ao subdesenvolvimento logístico de sua região.

Ainda assim, importante observar que a passagem da Rússia possui outro entrave: muitos países querem proclamar as águas do Ártico como águas internacionais, o que retiraria da Rússia o controle da rota. Porém os países desta região, como o Canadá, os EUA, a Dinamarca, a Noruega e a própria Rússia, são totalmente contrários à medida, gerando, por efeito, uma tensão em torno do Ártico. A região também precisa receber investimentos massivos para se tornar viável para a passagem de navios internacionais, e, por isto, a Rússia vem investindo nisto progressivamente, visando estar no centro do comércio mundial em futuro próximo<sup>8</sup>.

## NOTAS COMPLEMENTARES

### 1. Colar de Pérolas: A Estratégia Chinesa para dominar o Mar do Sul da China (MSC) e a Região do Oceano Índico (ROI)

A Região do Oceano Índico e o Mar do Sul da China se constituem em porções geográficas extremamente importantes sob o prisma geopolítico, uma vez que estas são áreas que compreendem, com ênfase na primeira, a via principal de acesso aos países que, na atualidade, são os maiores produtores de petróleo e gás natural do mundo. “No século XXI, já não se lutará só sobre o mar, mas também pelo mar” (HAROLD J. KEARSLEY. *Maritime Power and the Twenty-First Century*, Aldershot, Dartmouth Publishing Company, 1992).

Nesse contexto, tanto o Mar do Sul da China (local de passagem de 30% do tráfego marítimo internacional e onde se encontram grandes e potencialmente exploráveis reservas de petróleo e gás natural, comparáveis às da Venezuela) quanto a Região do Oceano Índico assumem uma condição estratégica, tanto sob o olhar econômico quanto político, pois se agregam àqueles fatores também (e, em contraposição crítica) a importância do petróleo para o provimento energético, sobretudo para a atividade industrial chinesa; a necessidade de os EUA (sob sua

ótica) continuarem ostentando sua hegemonia mundial; e, por fim, a emergência de novas potências, como a China, no contexto mundial, e a Índia, no espectro regional. Ativos intrínsecos aos espaços marítimos podem polarizar perigosamente interesses de atores internacionais se não houver esforço dissuasório defensivo e trabalho adequado no âmbito da política externa. (LUCIANO PONCE CARVALHO JUDICE e CLEVELAND MAXIMINO JONES. "Clausewitz e a Polarização Marítima no século XXI", *Revista Marítima Brasileira*, vol. 138, nº 04/06, abr./jun. 2018, p. 99)

Como é de amplo conhecimento, o acelerado crescimento econômico da China vem consumindo imensas quantidades de petróleo oriundo, sobretudo, do Golfo Pérsico e da África, orientando aquela nação quanto a elevada necessidade de construir uma força militar, principalmente marítima, capaz de dominar tanto o MSC, com sua correspondente e futura possibilidade de exploração de petróleo em plataformas marítimas, como a ROI, garantindo, por ambas, o tráfego de navios carregados de petróleo para abastecer as crescentes necessidades energéticas direcionadas para o contínuo desenvolvimento chinês.

O Colar de Pérolas (em inglês, *String of Pearls*), desse modo, é a designação nominativa que o Ocidente outorgou à estratégia chinesa de cercar o MSC e a ROI por meio da construção de diversas bases navais – inclusive em ilhas artificiais –, ampliando, desta forma, a presença da China nestas regiões, objetivando alcançar (em um futuro próximo) uma posição estratégica privilegiada em toda esta porção marítima e territorial do planeta e, até 2049, quando completar seu centenário de nascimento, constituir-se a China na potência hegemônica mundial.

(...) Por décadas, os EUA encorajaram a ascensão da China, construindo a parceria econômica mais importante do mundo. Neste período, os EUA presumiram que a China um dia cederia às supostas regras de modernização e que a prosperidade alimentaria pedidos (populares) por liberdade e democratizaria o país. Ou então que a economia naufragaria, sob o peso da burocracia. Mas nada disso aconteceu.

Os líderes chineses abraçaram (uma forma alternativa de) o capitalismo (não liberal: o capitalismo de Estado) (...). Recorreram à repressão para manter o poder, mas sem sufocar o empreendedorismo. E tiveram mais de 40 anos de crescimento contínuo, com políticas pouco ortodoxas. (...)

A economia do país caminha para virar a maior do mundo por ampla margem. Os comunistas chineses estudaram com afinco os erros soviéticos. (...)

O sucessor de Mao, Deng Xiaoping (...), enviou jovens autoridades chinesas para o Ocidente para estudar como as economias modernas funcionavam. Investiu em educação, expandiu o acesso a escolas e universidades e quase eliminou o analfabetismo. A China agora produz mais graduados em ciência e engenharia (por ano) do que os Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e Taiwan juntos. (...) (PHILIP P. PAN. "A Metamorfose da China em Potência Global", *O Globo*, 20/11/2018).

A construção desse “Colar”, em muitos aspectos, redefine o jogo de poder na região, posto que o aumento da presença chinesa contrasta com a permanência (histórica) do poderio militar naval e aeroespacial norte-americano e com a ascensão militar da Índia. Esta última, se aproximando (diplomaticamente) dos

EUA, especificamente, para contrabalançar a crescente militarização do Oceano Índico promovida pela China.

Segundo lições de Deepak Kumar (“A competição no Oceano Índico à luz do Emergente Triângulo Estratégico”, *Revista da Escola de Guerra Naval*, RJ, 2009, p. 127), “a região do Oceano Índico tem sua importância estratégica baseada principalmente no seu posicionamento em relação às rotas comerciais”. Aproximadamente 3.500 navios carregando 80% do comércio do Oceano Índico transitam pelos estreitos de Málaca e Bab-el-Mandeb e pelo Cabo da Boa Esperança, principalmente para as potências extrarregionais. Estas embarcações estão carregadas com suprimentos vitais de petróleo e materiais estratégicos e, assim, são objeto de sérias preocupações para as potências interessadas. Mesmo atualmente, 90% do comércio global e 65% de toda produção petrolífera são transportados pelo mar.

No mesmo sentido, e consoante ao ensinamento de Robert D. Kaplan (*Foreign Affairs*; 2009, p. 16),

cerca de 70% do total de tráfego de derivados de petróleo passa pelo Oceano Índico, em seu percurso do Oriente Médio para o Oceano Pacífico. Enquanto tais produtos trafegam por esta rota, eles passam pelas principais linhas mundiais de transporte marítimo de óleo e alguns dos principais pontos focais do comércio mundial: Bab-el-Mandeb e os Estreitos de Hormuz e Málaca. Aproximadamente 40% dos negócios mundiais passam pelo Estreito de Málaca; enquanto 40% de todo o petróleo bruto passa pelo Estreito de Hormuz.

Vale registrar que esse processo, inicialmente *silencioso*, remonta ao início

do século XXI, mas se tornou público particularmente após a chegada ao poder de XI Jinping (2012), quando a China começou a traçar (de forma efetiva e contundente) um audacioso plano estratégico que tem por propósito ampliar a sua influência mundial, utilizando para tanto uma gradual e ostensiva presença no Mar do Sul da China e também na Região do Oceano Índico.

O crescente interesse e a influência chinesa, desde o Mar da China Meridional até o Oceano Índico e o Golfo da Arábia, podem ser descritos como semelhantes a um *Colar de Pérolas*. Cada pérola no seu respectivo cordão é um nexos da influência geopolítica chinesa ou da sua presença militar. As pérolas importantes são: Ilhas Hainã, com instalações militares recentemente aprimoradas; Ilhas Woody, localizadas no arquipélago Paracel a cerca de 300 milhas náuticas a leste do Vietnã; porto de Chittagong, em Bangladesh; o porto de águas profundas em Sittwe, Myanmar; e o porto de Gwadar no Paquistão, que é estrategicamente localizado nas proximidades do Golfo Pérsico. (CHRISTOPHER J. PEHRSON. *String of Pearls: Meeting the Challenge of China's Rising Power*, 2006, p. 3)

Desta feita, em 2013, de forma discreta (e dissimulada), os chineses iniciaram a projeção global de seu poder nacional (militar, econômico, político e psicossocial/cultural) por meio, entre outras iniciativas, da militarização do Mar do Sul da China, particularmente pela inusitada estratégia de construir ilhas artificiais em uma região extremamente sensível, na qual circulam cerca de 30% de todo comércio marítimo internacional e que se encontra provida de grandes reservas de petróleo e gás natural.

Projetos de construção de portos e campos de pouso, relações diplomáticas sensíveis (e muitas vezes velados) e a modernização da força naval formam a essência do Colar de Pérolas chinês. A segurança de matérias-primas e energia, de modo a dar suporte à política energética da China, é a principal motivação por trás do Colar de Pérolas. Então, percebe-se que essa política está relacionada com a principal Estratégia Nacional da China. A China também possui uma ambiciosa proposta, orçada em 20 bilhões de dólares, para a construção de um canal através do istmo tailandês de Kra, o que permitiria a seus navios um caminho alternativo ao Estreito de Málaca, e ligaria o Oceano Índico à costa pacífica da China – um projeto no nível de importância do Canal do Panamá, e que futuramente pode fazer com que a balança de poder na Ásia penda a favor da China, dando a sua Marinha e a sua frota mercante um acesso fácil para um vasto e contínuo oceano, expandindo as ligações marítimas do leste da África ao Japão e à península coreana. (ROBERT D. KAPLAN. *Power Plays in the Indian Ocean, Foreign Affairs*, Washington, 2009, p. 22)

Além disso, a forte presença da poderosa Marinha americana (United States Navy – USN) no Oceano Índico constitui, sob a ótica chinesa, uma constante ameaça, dado que eventuais bloqueios na frota de navios comerciais que transportam recursos naturais para a China poderiam acarretar grandes transtornos para a economia deste país. Assim, esta estratégia do Colar de Pérolas, para além do propósito de assegurar o transporte marítimo de insumos à economia chinesa, perpassa pela ampliação do leque de opções ao traslado, via oceano, com a construção de oleodutos e vias de acesso a portos de outros países.

Destarte, a China passou, mediante esse singular expediente, a reivindicar, sem qualquer fundamento legal e ignorando solenemente todas as críticas e mesmo condenações nos tribunais internacionais, áreas a aproximadamente 2 mil quilômetros de distância de sua costa, mas em contrapartida, a apenas poucos quilômetros dos territórios do Vietnã, das Filipinas e da Malásia, e, a partir do estabelecimento (efetivo) destas bases militares na região, dar início a um processo de ostensiva conquista do Oceano Índico, atravessando o Estreito de Málaca e o Istmo de Kra, passando também pela Tailândia, por meio de uma presença econômica massiva, com a construção de oleodutos, ferrovias e rodovias.

Uma vez estabelecida no Oceano Índico, a China iniciou e conduziu a construção de um porto marítimo de grande porte ao lado de um gigantesco terminal petrolífero em Myanmar e no vizinho deste, Bangladesh, ampliando, ainda, as instalações de um porto e de um aeroporto civil e militar, cercado geopoliticamente, por consequência, sua arquirrival, a Índia. Acabou também concebendo instalações no Sri Lanka, nas Maldivas e no Paquistão, onde os chineses estão construindo uma ligação por ferrovias e rodovias entre a sua fronteira e o porto de Gwadar. E, por fim, estendeu sua presença ao nordeste da África, no Djibouti, no qual implantou uma base militar, e no Sudão, no qual ampliou um porto na fronteira com a Somália.

Essas são as chamadas “Pérolas” que formam o “Colar” chinês no Oceano Índico e por meio das quais a China ambiciona ter uma presença cada vez mais intensa, alcançando, então, posição de alto destaque no cenário político e militar mundial. Em natural reação, contudo, potências como a Austrália, o Japão, a Coreia do Sul, a Índia (acuada pela presença chinesa em torno de toda sua costa) e Singapura e países com

menor grau de desenvolvimento, como a Indonésia e o Vietnã, vêm formando uma aliança (ainda informal), em conjunto com os EUA, contra a presença chinesa no Oceano Índico, e também no Mar do Sul da China, tornando estas regiões um novo ponto de tensão geopolítica e possível cenário para o início (ainda que embrionário) de uma segunda Guerra Fria.

Sob esse aspecto, é possível deduzir que a presente ampliação da inferência chinesa replica, em grande medida, o expansionismo soviético dos tempos da Guerra Fria, o que, historicamente, somente foi contido, no contexto continental da Europa, com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em 1949, e com a correspondente e forte determinação militar dos EUA, por meio do estabelecimento (e da manutenção) de tropas e equipamentos na região. Vale mencionar que a política chinesa de *ascensão pacífica* (de natureza passiva e não confrontativa), inaugurada por Deng Xiaoping no final dos anos 1970, foi substituída, em sua essência, pelo atual mandatário, que traçou uma nova estratégia de ascensão pacífica, porém com nítida (e diferenciada) feição ativa e confrontativa, retornando, em alguma medida, à concepção estratégica de Mao Tsé-Tung (1949-76), ainda que sem o viés bélico (ativo) que perdurou durante a maior parte de seu governo e que conduziu às guerras da Coreia (1950-563) e do Vietnã (1964-75) e aos diversos confrontos no Estreito de Taiwan.

Nesse contexto analítico, é cediço concluir que, assim como no passado, as

novas ameaças, produzidas pelas aspirações globais chinesas, somente poderão ser efetivamente contidas, no contexto da denominada deterrência estratégica, por meio da criação de uma nova (e inédita) aliança formal de segurança e cooperação (por meio de um modelo arquitetônico semelhante ao pacto da Otan), liderada pelos EUA, com a necessária participação de Japão, Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Singapura, Tailândia e Índia, incluindo, ainda, eventuais ex-adversários norte-americanos, como o Vietnã, o que, em alguma medida, já vem sutilmente ganhando forma com o chamado Diálogo Quadrilateral de Segurança (Quad), um fórum informal entre EUA, Japão, Austrália e Índia, iniciado em 2007.

Replica-se, dessa feita, em muitos aspectos, um cenário geopolítico semelhante ao que originou a Guerra Fria em 1947, com o expansionismo soviético, ainda que desprovido do nítido viés de confrontação ideológica que se constituiu na tônica do passado.

No pós-guerra, o rival era a URSS, uma potência fechada no casulo geopolítico e econômico do bloco socialista. O rival de hoje, a China, pelo contrário, é uma potência conectada às redes da globalização. O triunfo chinês sobre os EUA (...) delineia uma aura de eficiência em torno de seu modelo autoritário de Capitalismo de Estado (...). (DEMÉTRIO MAGNOLI. "Depois do Vírus, Kant ou Hobbes?", *O Globo*, 20/04/2020, p. 3)

## 2. Vladimir Putin e o Revisionismo Russo em relação à Nova Ordem Internacional

O fim da Guerra Fria, em função da desintegração da União Soviética no final de 1991, marcou profundamente o pensamento de Vladimir Putin.

A atual Rússia foi reconstruída gradualmente e reerguida, particularmente após a ascensão de Putin em 2000, sobre os escombros do que restou da finada



União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Até então, o regime comunista, de partido único, havia ditado os rumos dos russos e das demais nacionalidades integrantes das 14 outras repúblicas confederadas, assim como, igualmente, de muitos outros países que orbitavam na esfera de influência política e econômica de Moscou.

O fato, entretanto, é que o poder comunista (monolítico) começou a desmoronar em meados da década de 1980, quando o então líder soviético, Mikhail Gorbachev, assumiu o poder na qualidade de secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 11 de março de 1985 (em substituição a Konstantin Chernenko), e, posteriormente, como Presidente da URSS, em 1º de outubro de 1988 (como sucessor de Andrei Gromiko), iniciando um programa de lenta abertura política, conhecido como Glasnost, e (concomitantemente) um programa de abertura econômica gradual, conhecido como Perestroika. Em essência, as duas reformas propostas por Gorbachev eram uma tentativa de acomodar as tensões que ocorriam no bloco soviético (e que, muito embora não fossem novidade, eram, até aquele momento, reprimidas com elevados custos políticos e militares) e de superar os graves problemas econômicos que se avolumavam em face do cancelamento da *détente* no final do governo Jimmy Carter (1977-81), por obra de seu conselheiro de Segurança Nacional (e, mais tarde, secretário de Estado) Zbigniew Brzezinski, e, sobretudo, da implantação da estratégia de contraforça por Ronald Reagan (1981-89), que obrigou a URSS a empreender um esforço econômico (insustentável) em uma nova corrida armamentista contra os Estados Unidos, além das manobras, lideradas por Reagan, para reduzir o pre-

ço internacional do petróleo, o principal produto de exportação da URSS.

A gradual dissolução da URSS foi, destarte, o resultado do desastre de ambas as políticas, e a queda de Gorbachev tornou-se irreversível, possibilitando a ascensão do Presidente russo Boris Yeltsin quando não mais restou nenhuma outra república no contexto da antiga Confederação Soviética, em face de suas respectivas independências e transformações em Estados soberanos. Em virtude de tal rearranjo, a Rússia emergiu como o maior país do extinto bloco, passando a ser também o maior país do mundo em extensão territorial (aproximadamente 17.100.000 km<sup>2</sup> de área em relação aos cerca de 22.400.000 km<sup>2</sup> da antiga URSS, fundada, oficialmente, em 1922).

Todavia a adesão da nação à lógica capitalista mostrou-se turbulenta, com Boris Yeltsin apostando em uma inserção rápida e radical no novo sistema econômico, promovendo um descontrolado processo de privatizações de empresas estatais, permitindo que antigos burocratas da URSS se convertessem em oligarcas, surgindo, assim, uma classe de novos milionários russos, muitas vezes envolvidos em escândalos de corrupção e atividades criminosas.

Essa abertura conduziu o país a um novo tipo de crise, provocada pela própria dinâmica (e complexidade) do capitalismo (não muito bem compreendida pelos dirigentes russos) e por liberdades civis (inéditas) que haviam sido recém-conquistadas.

Em 1993, seguindo as conturbações sociais já existentes, iniciou-se uma crise política: pressionado por opositores, Yeltsin dissolveu o Parlamento e reprimiu manifestações em Moscou, o que resultou em dezenas de mortos. Embora tenha governado o país de forma turbulenta, Yeltsin foi reeleito para seu segundo

mandato em 1996, vencendo no segundo turno, com 54,36% dos votos, o adversário do Partido Comunista, Guennadi Ziuganov (que obteve 40,73% dos votos válidos). Em 1998, uma nova crise econômica assolou a Rússia, que, endividada e mergulhada na inflação e no desemprego, acabou por promover um (inimaginável) “calote” em sua dívida externa, provocando gravíssimos efeitos na economia global. No contexto doméstico, ocorreu uma expressiva deterioração nos indicadores sociais, com grande queda nos índices de desenvolvimento humano (IDH) e na renda *per capita* durante toda a década de 1990. Desgastado, acuado e sem muitas opções (a esta altura seu ostensivo vício em álcool já havia exaurido seu capital político, tornando sua permanência no poder insustentável), Yeltsin anunciou, em rede nacional, que deixaria o cargo.

A renúncia de Yeltsin em 1999 marcou a ascensão de seu vice-presidente, Vladimir Putin, ao poder. O ex-agente da KGB se converteria, a partir daquele momento, em um líder hegemônico dentro da Rússia. Após substituir Yeltsin por um ano, o atual Presidente da Rússia disputou e venceu sua primeira eleição presidencial em 2000, obtendo 53% dos votos. Em 2004, Putin obteve uma nova vitória eleitoral e foi reeleito para um novo mandato de quatro anos, com 72% dos votos.

Nos primeiros anos de sua administração, Putin fez com que a Rússia experimentasse substanciais melhorias em indicadores sociais e econômicos importantes. Neste período, o Presidente russo concentrou poderes, além de assegurar a maioria na Duma e no Conselho, os dois órgãos que compõem o Poder Legislativo russo. Também ampliou o uso da inteligência e da polícia para reprimir movimentos da sociedade civil e sufocou movimentos separatistas na região da Chechênia (lo-

grando vencer a chamada Segunda Guerra da Chechênia – 1999/2009 à custa de um extraordinário número de mortos: cerca de 20mil combatentes inimigos e 25mil civis, na estimativa mais conservadora, e um total próximo de cem mil, segundo alguns analistas), sepultando, também e em definitivo, os resquícios das políticas de reconstrução econômica (Perestroika) e de abertura política (Glasnost).

Impedido de disputar a Presidência pela terceira vez seguida, em 2007, acabou indicando um de seus afilhados políticos, Dmitri Medvedev, para assumir como presidente (2008-12), enquanto migrava (ainda que apenas “formalmente”) para a posição de primeiro-ministro.

Putin, com um dos maiores índices de popularidade de um líder de uma grande nação, voltou a disputar as eleições presidenciais em 2012 e venceu novamente, assumindo, naquela ocasião, um mandato de seis anos. A harmonia interna, obtida com a exitosa reconstrução da economia russa, deu impulso às grandes pretensões internacionais de Moscou, por meio de uma multiplicação no orçamento militar da ordem de 12 vezes entre os anos de 1999 e 2012.

Um dos movimentos mais ambiciosos da administração Putin ocorreu em 2014, quando a Rússia reanexou o território da Crimeia, cedido por Nikita Khrushchev à Ucrânia (então pertencente à URSS) em 1954. Tal movimento envolveu uma muito bem articulada mistura de pressão política e militar sobre o governo da Ucrânia, que se encontrava em um perigoso (do ponto de vista russo) movimento de aproximação com a União Europeia, em decorrência do suposto golpe de estado (orquestrado pelo Ocidente) que alijou do poder Viktor Yanukovich, ex-aliado de Putin.

Além de movimentar tropas para a Crimeia, Putin respaldou a realização de

um referendo no qual os moradores da península (em sua expressiva maioria de nacionalidade russa) decidiram deixar a Ucrânia e unir-se à Rússia.

O episódio inaugurou a ostensividade quanto à insatisfação de Moscou em relação à Nova Ordem Mundial liderada pelos EUA, tornando latente a disputa geopolítica entre a Rússia e as potências ocidentais.

Dessa feita, replicando em parte o que sucedeu durante a chamada Primeira Guerra Fria (1947-91), os russos tentam construir (ou reconstruir) um cinturão de alianças, forjando uma espécie de “zona tampão” formada pelos países do leste europeu, que, em reação (segundo suas próprias narrativas), se refugiaram no abrigo da Otan. Não obstante, em coordenação com uma também insatisfeita China, Putin, desde 2015, transformou-se no maior fiador militar do governo de Bashar Al-Assad, na Síria, além de estender seus interesses sobre o Mediterrâneo (e parte da África) e, até mesmo, em direção à Venezuela.

Além das ações no campo militar, a Rússia passou a agir internacionalmente, replicando, com o emprego de novas tecnologias, as mesmas ações empreendidas pela antiga URSS, com o propósito de desestabilizar os processos eleitorais de países estrangeiros.

Em 2016, o serviço de inteligência dos EUA afirmou que agentes russos tiveram acesso a mensagens privadas do Partido Democrata durante as eleições presidenciais daquele ano. Uma investigação foi realizada para determinar se o então Presidente dos EUA, Donald Trump, agiu em eventual conluio com os russos, visando obter benefícios políticos e econômicos. Nos anos seguintes, países europeus acusaram a Rússia de disseminar notícias falsas (*fake news*) e de comandar um exército de robôs nas redes sociais para minar seus respectivos processos eleitorais.

Da mesma forma como demonstrou força internacionalmente, Putin também conseguiu obter vitórias internamente. Em 2018, venceu novamente o pleito presidencial para mais um mandato de seis anos, alcançando 76% dos votos, com sua popularidade não apresentando sinais de queda. Desde que assumiu o comando do Kremlin pela primeira vez, em 1999, até o fim de seu quarto mandato, Putin terá passado 25 anos ininterruptos no poder, tempo inferior somente ao período de controle de Stalin (1927-53).

Embora os cenários políticos e sociais da Rússia atual não sejam os mesmos da URSS, o atual presidente russo ainda cultiva as pretensões de o país voltar a ser uma superpotência cujo protagonismo vá além de seu entorno imediato. Putin também mantém características de um autocrata, revitalizando, como já havia também feito Leonid Brejnev (1964-82), a seu tempo, um novo modelo de stalinismo, sendo certo, neste sentido, que o antigo líder da URSS está ressurgindo atualmente como uma figura muito popular na Rússia. Pesquisas recentes demonstraram que 51% dos russos entrevistados apresentavam algum tipo de apreço por Josef Stalin e que 70% dos indagados afirmavam que seu papel na história do país foi positivo. Muitos russos dizem que possuem respeito por Stalin em virtude de seu papel na derrota dos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial (1939-45).

Todavia deveras preocupante é o fato de que, segundo a mesma pesquisa, 47% dos jovens não possuem um mínimo conhecimento sobre a política stalinista de expurgos do período no qual milhões de cidadãos soviéticos foram aprisionados e mortos.

A ascensão recente da popularidade de Stalin é atribuída, em parte, a uma nova política educacional, mais patriótica, que vem sendo implementada na nova Rússia

de Vladimir Putin. Os livros didáticos passaram a destacar de forma expressiva o papel dos soviéticos na Segunda Guerra Mundial; porém a reconhecida (historicamente) tirania e a brutal repressão, características da política de expurgos do ditador, praticamente não são retratadas (ou sequer mencionadas).

A imagem do ex-governante como um grande estadista e líder poderoso é largamente difundida na sociedade russa, possuindo, segundo o projeto de poder de Putin, um papel importante no atual plano político russo de revisionismo em relação à Nova Ordem Internacional, considerando, sobretudo, as pretensões do país de se tornar novamente uma superpotência mundial. Destarte, o conceito presente na

figura de Stalin e que vem sendo revivido na atualidade é vital para a propaganda russa e para seus planos de hegemonia global.

Em 2020, visando atenuar essa faceta do antigo ditador que vem sendo remontada, um documentário (não oficial) acerca dos crimes cometidos durante o governo de Stalin se popularizou. No referido vídeo é realizada uma visita a um antigo Gulag, no que era considerado o bastião da repressão stalinista: Kolyma. O mencionado documentário foi produzido pelo jornalista Yuri Dud, que afirma querer educar a nova geração russa (obtendo 12 milhões de visualizações em duas semanas), conseguindo, surpreendentemente, “burlar” o sistema de “monitoramento” de Vladimir Putin.

### 3. A Segunda Guerra Fria

Sob a égide designativa de um novo conflito, com características semelhantes à histórica Guerra Fria (1947-91), muitos autores têm utilizado, nos últimos tempos, a expressão “Segunda Guerra Fria”, ainda que nem sempre para traduzir com exatidão a arquitetura (que vem nitidamente se desenvolvendo, gradualmente, ao longo do início do século XXI, com ênfase a partir de 2012, em função da ascensão de Xi Jinping como “grande líder chinês” e reconhecido estadista) de um novo confronto entre a superpotência norte-americana e a aspirante potência hegemônica chinesa.

Moniz Bandeira deslinda as raízes e lança um olhar sobre as perspectivas dos conflitos no Oriente Próximo e na Ásia Central, primeiros embates do que poderia ser uma futura (mas não tão distante e talvez já em curso) disputa pela hegemonia entre os Estados Unidos e a República Popular da

China, ou, dito de outra forma, entre o Ocidente capitalista desenvolvido (porém estagnado) e o Oriente capitalista dinâmico, mas ainda subdesenvolvido. (SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES. *A Segunda Guerra Fria*, 3ª ed., Prefácio, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2017, p. 17-18)

Alguns estudiosos, entretanto, têm utilizado a sentença de forma flagrantemente equivocada para ilustrar características peculiares inerentes aos resquícios do último período da própria Guerra Fria, e não propriamente para designar uma nova e diferente contenda internacional, de proporções globais, e, mais grave ainda, centrando as atenções relativas à dinâmica do xadrez internacional quase que exclusivamente nas (potenciais e efetivas) relações (conflituosas) entre os Estados Unidos e a Rússia (ainda que esta também esteja empenhada em um processo revisionista em

relação à Nova Ordem Internacional estabelecida por Washington, ampliando, em coordenação com a China, sua influência no Mediterrâneo – Síria, Egito e Líbia – e no continente africano propriamente dito, com bases sendo projetadas e instaladas em Madagascar, na Eritreia, no Sudão, em Moçambique e na República Centro-Africana), desconsiderando, sem muita cerimônia, a nova realidade geopolítica do século XXI, caracterizada, particularmente, pelo singular e agressivo expansionismo político, militar, econômico e cultural chinês.

Não acho que estejamos (inaugurando uma nova Guerra Fria). Minha sensação é que haverá muitos conflitos na relação EUA-Rússia, mas de uma forma muito diferente. O conflito que vemos agora não é ideológico, não é baseado na ideia de que essas potências representem sistemas socioeconômicos diferentes. A Rússia fez as pazes com o capitalismo e está funcionando bem dentro desse sistema. O que quer é mais influência. Além disso, o mundo não é mais bipolar. É muito mais complexo e complicado, com novas potências regionais e a China, no sentido global. (ODD ARNE WESTAD. “Não há Guerra Fria, e o que a Rússia quer é mais influência”, *O Globo*, 15/04/2018, p. 44A)

Outros importantes analistas de relações internacionais, por sua vez, empregam equivocadamente a locução com o intuito

de espelhar o que Samuel Huntington vem designando por “conflito de civilizações”, referindo-se ao embate entre as concepções estruturantes das soberanias democrática e teocrática, esta última inerente ao mundo muçulmano, exteriorizadas por intermédio do fundamentalismo religioso de feição islâmica radical (jihadismo).

Ainda assim, e não obstante todos os estudos com as suas respectivas variantes buscarem se apropriar da expressão “Segunda Guerra Fria”, a verdade é que a mesma refere-se, em sua correta exegese, especificamente ao nascimento (ainda embrionário) de uma nova confrontação, pontualmente bipolar (mas com inéditas e amplas características de tetra ou mesmo

**O momento temporal do início da Segunda Guerra Fria, para alguns a continuação da Primeira, sempre será motivo de grandes divergências doutrinárias**

penta dimensão geopolítica, a envolver os EUA, a China, uma revigorada Rússia, uma ascendente Índia e uma possível, mas ainda distante, Europa unificada), com propósito de estabelecer uma nova governança internacional, desafiadora, em última

análise, da hegemonia estadunidense, ainda que sem o componente (histórico) da confrontação nítida, exclusiva (e equivocadamente) ideológica (uma vez que extinta, em parte, com o fim do comunismo), e com um relativo (e, de certa feita, surpreendente) retorno às (antigas) disputas globais de natureza territorial, ainda que na atualidade, de forma inovadora, sobre regiões como o Ártico, a Antártida, a órbita terrestre e, principalmente, as extensas faixas marítimas, passíveis (tecnologicamente) de exploração de recursos naturais e de controle de tráfego comercial (entre outros interesses) e, outrora, interpretadas

(à unanimidade) como regiões de soberania internacional compartilhada, recriando, em certa medida, a anterior (e clássica) natureza finalística dos conflitos, ainda que sem o componente “familiar” que também caracterizou a Primeira Guerra Mundial.

O momento temporal do início da Segunda Guerra Fria (que para alguns estudiosos é, a exemplo da Segunda Guerra Mundial, a continuação da Primeira, após uma pausa de relativa conciliação internacional) sempre será motivo de grandes divergências doutrinárias.

Porém é indiscutível que os eventos ocorridos na Praça da Paz Celestial, em Pequim, entre 15 de abril e 5 de junho de 1989, ainda durante o período final da Primeira Guerra Fria, com a correspondente repressão determinada por Deng Xiaoping (1978-92), impedindo que o mesmo destino de desintegração e enfraquecimento da União Soviética atingisse igualmente a China, eliminando a hegemonia do Partido Comunista chinês e o seu correspondente regime totalitário, foram determinantes para o ressurgimento desta nova confrontação global, sendo certo que tais acontecimentos históricos foram muito pouco compreendidos em sua verdadeira dimensão (e correspondente impacto geopolítico) pelos mais variados analistas de assuntos militares e, principalmente, pelos especialistas em relações internacionais.

O regime comunista, nos países do Bloco Soviético, desabou, um após o outro, no curso de alguns meses de 1989, no ano em que George H. W. Bush (1989-93) assumiu a presidência dos Estados Unidos, como sucessor do Presidente Ronald Reagan. A China, contudo, não se desestabilizou, não obstante as contradições domésticas, que se aguçavam desde 1986. Diversas demonstrações estudantis de protesto,

espontaneamente iniciadas por ocasião dos funerais de Hu Yaobang, em 15 de abril de 1989, mas depois coordenadas por alguns líderes de diversos *campi* universitários, recrudesceram, em diversas cidades do país, até 4 de junho de 1989, com a adesão e o apoio de elementos de outras classes sociais, inclusive novos empresários emergentes, como a companhia de computadores Stone Group. A abertura do regime, a partir de 1980, permitiu que os líderes do movimento tivessem acesso à mídia estrangeira, particularmente à BBC, à Voz da América e à imprensa de Hong Kong, que, como instrumentos de *psychological warfare*, inflamaram as demonstrações, que assumiram caráter ainda mais político em Pequim, na Praça Tiananmen, entre 3 e 4 de junho de 1989. Lá os repórteres das TVs estrangeiras, como a CBS, já haviam montado todo o aparato de filmagens e se comunicavam, por meio de *walkie-talkies*, com seus colegas das redes, instalados dos hotéis de Pequim. Ao que tudo indica, houve infiltração de agentes estrangeiros na demonstração, “*presumably by the CIA, Taiwan and Hong Kong*”, ressaltou Harrison E. Salisbury, acrescentando que, de fato, agentes foram localizados na praça, porém não se evidenciou que tiveram qualquer papel exceto, possivelmente, em conduzir fundos de Hong Kong para os manifestantes. De qualquer forma, as tropas do Exército, em 4 de junho de 1989, foram compelidas a intervir na Praça Tiananmen e a esmagar a tentativa de *luan* (revolta), como alguns manifestantes pretendiam e clamaram. Cerca de mil a dois mil morreram nos conflitos. E a dureza com que Deng Xiaoping reprimiu a demonstração na Praça Tiananmen

robusteceu sua posição no Partido Comunista e lhe permitiu prosseguir com a política de abertura econômica da China (e com sua consequente ascensão política, econômica e militar).

O Presidente George H. W. Bush mantinha relações pessoais com Deng Xiaoping desde 1976, quando chefiou o U.S. Liaison Office (USLO), em Pequim, e buscou evitar que o sangrento episódio da Praça Tiananmen abalasse seriamente as relações com a China. Seu protesto foi mais vocal e as sanções tomadas consistiram basicamente na suspensão da venda de armamentos a Pequim. George H. W. Bush, de acordo com a estratégia de Henry Kissinger, entendia que a aliança com a China, a (futura) segunda maior potência (econômica), devia ser mantida a qualquer custo, enquanto não se produzisse o total colapso do poderio militar da União Soviética. (LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA. *A Segunda Guerra Fria*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2017, p. 45-46)

Destarte, podemos concluir, ainda que conscientes quanto à existência de algumas posições em sentido contrário, que foi exatamente a partir daquele episódio que uma disfarçada, porém meteórica, ascensão chinesa surgiu. Tal ascensão estava perfeitamente delineada com os propósitos hegemônicos da China e foi pouco percebida (e combatida) pelos EUA, uma vez que estes estavam convencidos (ingenuamente) de que havia surgido uma Nova Ordem Mundial, extremamente cooperativa, sob sua liderança e que o único risco, na particular percepção equivocada de seus líderes, continuava a ser o eventual renascimento de uma Rússia expansionista. Por essa razão, todos os seus principais

esforços se concentraram no sentido de apoiar a pretensão “profilática” de países da antiga esfera de influência soviética (e até de repúblicas ex-integrantes da URSS) de se integrarem à aliança defensiva ocidental, viabilizando, por efeito, a expansão da Otan sobre os países da Europa Oriental (e mesmo sobre o território geográfico ao redor da Rússia), inclusive à revelia (e, conseqüentemente, às margens) dos próprios acordos informais que foram celebrados com o último líder soviético Mikhail Gorbachev (1985-91) e que permitiram, em última instância, pôr um fim (pacífico e supostamente definitivo) à Guerra Fria.

Quando discursi em Munique, eu disse que, após a dissolução da União Soviética, quando a Rússia se voltou totalmente para os Estados Unidos e para a Europa, esperávamos por um trabalho conjunto, estávamos esperando que nossos interesses fossem levados em consideração. Então, poderíamos cooperar. Porém, em vez disso, vimos o Ocidente expandindo seu poder político e sua influência nos territórios que considerávamos sensíveis e importantes para assegurarmos nossa segurança estratégica global. (VLADIMIR PUTIN. Oliver Stone. *As Entrevistas de Putin*, Rio de Janeiro, Ed. Best Seller, 2017, p. 242)

Esse (suposto) grave erro estratégico por parte dos últimos líderes norte-americanos (Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama), associado a um “desvio das atenções” norte-americanas nos primeiros anos do século XXI, em função de novas questões no ambiente internacional, no contexto das chamadas “Novas Guerras”, particularmente em conflitos no Oriente Médio e na Ásia Central, permitiu, no entanto, a ascen-

são pacífica (e de forma silenciosa e dissimulada) da China como a segunda potência econômica do mundo (com um Produto Interno Bruto – PIB de US\$ 13,5 trilhões a US\$ 12 trilhões, levando-se em consideração distorções cambiais em relação aos US\$ 20,5 trilhões dos EUA em 2018) e com aspiração (real e efetiva) de se tornar, nos próximos dez a 20 anos, a segunda potência militar (superando os russos, pelo menos em capacidade de forças convencionais e, particularmente, em projeção naval), rivalizando diretamente com os EUA em todos os campos do Poder Nacional (econômico, militar, político e psicossocial/cultural) já a partir de 2030-35, formalizando, pela combinação de suas intenções (públicas e ostensivas) com suas correspondentes capacidades (especialmente o seu poderio relativo projetado), uma Segunda Guerra Fria, caracterizada (fundamentalmente) pela disputa (objetiva) por hegemonia global.

Futuros historiadores provavelmente se concentrarão em 2020 como o momento em que a intensificação da competição estratégica entre EUA e China se transformou em uma nova Guerra Fria.

As duas superpotências estão agora envolvidas em conflitos em vários cenários geográficos (Sul da Ásia, Sudeste da Ásia, Austrália, Europa, África e América Latina) e em vários vetores (comércio, investimento, tecnologia, espionagem, instituições internacionais, política de saúde, poder naval e aéreo, mísseis e disputas territoriais).

As duas maiores economias do planeta articulam uma lista extensa de queixas e quase nenhum interesse significativo em comum. (...)

[Ainda que] alguns formuladores de políticas e analistas de estudos es-

tratégicos ainda hesitem em empregar (propriamente) o conceito de Guerra Fria, desconfiados da analogia com o conflito de décadas entre os Estados Unidos e a União Soviética e suas implicações para as relações internacionais em médio e longo prazo, é fato que não há dúvida de que ambos os países veem e descrevem cada vez mais o conflito entre eles em termos existenciais. (...)

[Independente de uma eventual ausência de precisão terminológica, é lícito afirmar, entretanto, que] a atual Guerra Fria EUA-China encontra-se em construção há alguns anos, assim como a experiência da Guerra Fria EUA-URSS (que é comumente datada a partir de 1947) também encontra antecedentes na segunda metade da Segunda Guerra Mundial, quando os dois países ainda eram tecnicamente aliados. (...)

Assim como a Guerra Fria EUA-URSS, o atual conflito EUA-China provavelmente continuará até que os custos se tornem intoleráveis para um ou ambos os lados. (...)

A Guerra Fria é frequentemente retratada como um exemplo bem-sucedido de gerenciamento de tensões internacionais, mas na época não era óbvio que o conflito permaneceria confinado a “guerras por procuração”.

O atual conflito EUA-China também é um exemplo clássico da armadilha de Tucídides, onde uma potência em ascensão (a antiga Atenas, agora a China Comunista) desafia uma atual (antes Esparta, agora os Estados Unidos). A história sugere que esses conflitos geralmente terminam em confronto militar não intencional, como o que ocorreu entre o Reino Unido e a Alemanha no início do século XX;



porém, em um ambiente com armas de destruição em massa, este não deve ser o desfecho da querela.

Além do embate econômico, existe uma longa lista de possíveis pontos que podem desencadear confrontos reais, incluindo Taiwan e o Mar do Sul da China. Alguns falcões de ambos os lados acolhem a “clareza estratégica” de uma competição e conflito mais abertos entre os Estados Unidos e a China.

Um conflito maniqueísta entre dois blocos, separados econômica e diplomaticamente, oferece uma resposta tentadora ao grande conflito da segunda metade do século XX, que terminou com o triunfo dos Estados Unidos e a desintegração da União Soviética. Mas aquele conflito dominou a política global por quatro décadas e o resultado final não era óbvio nas décadas de 1960 e 1970.

Não há garantia de que a Guerra Fria EUA-China siga a mesma trajetória ou termine da mesma maneira. (JOHN KEMP. “Confronto Existencial entre EUA e China configura Nova Guerra Fria”, *O Globo Online*, 22/07/2020)

Essa nova postura confrontativa chinesa tem sido denominada, entre outras variadas nomenclaturas, de “Concepção Estratégica do Colar de Pérolas” e tem se firmado, especialmente, sobre a Região do Oceano Índico e o Mar Meridional (ou do Sul) da China, que se constituem em porções geográficas extremamente importantes sob o prisma geopolítico, uma vez que essas são áreas que compreendem, com ênfase na primeira, a via principal de acesso aos países que se constituem, na atualidade, nos maiores produtores de petróleo e gás natural do mundo.

Sob esse prisma analítico, tanto o Mar do Sul da China (local de passagem de 30%

do tráfego marítimo internacional e onde se encontram grandes e potencialmente exploráveis reservas de petróleo e gás natural, comparáveis às da Venezuela) quanto a Região do Oceano Índico assumem, portanto, uma condição estratégica, sob o olhar econômico e o político, pois agregam-se àqueles fatores também (e, em contraposição crítica) a importância do petróleo para o provimento energético, sobretudo para a atividade industrial chinesa, a necessidade dos EUA (sob sua ótica) de continuarem ostentando sua hegemonia mundial; e, por fim, a emergência das novas aspirantes a potências globais – a China, no contexto mundial, e a Índia, preliminarmente no espectro regional e, em um futuro um pouco mais distante, na esfera internacional.

Nesse contexto, é cediço concluir que, assim como no passado, as novas ameaças, produzidas pelas aspirações globais chinesas, somente poderão ser efetivamente contidas no âmbito de uma renovada concepção de deterrence estratégica. Com o passar do tempo, essas ameaças não se limitarão a disputas de natureza “oceanológicas”, mas se ampliarão para o “espectro georbital terrestre” e mesmo para os continentes ártico e antártico, não obstante todos os tratados internacionais restritivos em vigor.

Por quase 70 anos, a deterrence estratégica, particularmente em sua modalidade mais conhecida (de natureza dissuasória), significou ameaçar um adversário com a possibilidade de destruição quase total, provavelmente com armas nucleares, para demovê-lo da ideia de iniciar uma agressão. Esta definição manteve-se durante a Primeira Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética (1947-91) e serviu como um elemento fundamental em toda a estratégia militar dos EUA.

Nos dias atuais, no entanto, a deterrence estratégica está se tornando mais complexa e matizada, posto que alguns atores mundiais não possuem propriamente uma base territorial (nacional) para servir a uma “vingança punitiva”; alguns adversários simplesmente não podem ser ameaçados com armas nucleares; muitas entidades estatais e não estatais podem infligir destruição estratégica por meio de ataques cibernéticos em lugar de armas nucleares, químicas ou biológicas. (...)

A deterrence do século XXI possui, portanto, múltiplos domínios, e também se tornou multipolar. (...)

Em outras palavras, a estratégia dos EUA de se preparar para o cenário de ameaças “quatro mais um”, em que os principais adversários dos EUA são a China, a Rússia, o Irã, a Coreia do Norte e o extremismo militante, também deve orientar o pensamento relativo à deterrence estratégica. (...)

O ex-chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General David L. Goldfein, em conferência realizada em 2017, enfatizou que as atuais ameaças estratégicas não são apenas de natureza nuclear. As guerras do futuro próximo serão “guerras de cognição”. Elas serão de características “multidomínios” e exigirão uma resposta estruturada por “atividade simultânea de vários domínios que agem juntos”. Isto significa que, além do ar, da terra e do mar, a deterrence hoje deve considerar domínios como o ciberespaço e o espaço georbital e “embora não seja um domínio separado, você também precisa começar a adicionar mídia social” ao pensamento de dissuasão (...), lembrando que o domínio estratégico emergente mais importante é o espaço georbital, que Goldfein cha-

rou de “terreno elevado definitivo”. A capacidade das forças dos EUA de responder a ameaças estratégicas em todos os domínios depende das capacidades espaciais, desde o “alerta antecipado às comunicações protegidas até o sinal GPS”.

Os adversários dos EUA têm consciência da dependência americana do *espaço georbital* desde, pelo menos, a primeira Guerra do Golfo (1991). O teste bem-sucedido de um míssil antissatélite da China em 2007 (contra um de seus próprios satélites) “serviu como um alerta” para os líderes militares dos EUA, de acordo com o relatório Escalada e Deterrence na Segunda Era Espacial, do Centro para Estudos Estratégicos e Internacionais, lançado em outubro de 2017. A lição do teste ASAT chinês foi clara, segundo o relatório: os EUA “não podiam mais continuar agindo como se o espaço fosse o *santuário* que havia sido durante grande parte da Primeira Guerra Fria”. (WILSON BRISSETT. “Strategic Deterrence in 2018”, *Air Force Magazine*, 29/01/2018, disponível em: <https://www.airforcemag.com/article/strategic-deterrence-in-2018/>. Acesso em: 20 ago 2020)

Ademais, a criação de uma nova (e inédita) aliança formal de segurança e cooperação (por meio de um modelo arquitetônico semelhante ao pacto da Otan), liderada pelos EUA, com a necessária participação do Japão, da Coreia do Sul, da Austrália, da Nova Zelândia, das Filipinas, de Singapura, da Tailândia e da Índia, incluindo, ainda, eventuais ex-adversários norte-americanos, como o Vietnã, será determinante para uma minimamente crível contenção chinesa, valendo observar que sua incipiente (e inicial) expansão, patrocini-

nada por Mao Tsé-Tung (1949-76) – com a anexação do Tibete (1950-51), o ostensivo apoio militar à invasão da Coreia do Sul por sua vizinha, a do Norte (1950-53), as diversas tentativas de retomar Taiwan (1954 e 1958) e o apoio à invasão do Vietnã do Norte em relação ao Vietnã do Sul (notadamente na primeira fase do conflito, de 1965-69) –, somente foi interrompida pelos choques fronteiriços com a própria URSS (no final da década de 1960 e início da década de 1970), quando Moscou ameaçou diretamente Pequim com um ataque militar, empregando, inclusive, armas nucleares.

Portanto, é cediço concluir que não foi propriamente o Ocidente (os EUA, em particular) que logrou deter o expansionismo chinês no passado, mas sim a rivalidade entre as duas diferentes esferas geopolíticas (comunistas), ainda que, de alguma forma, tal ruptura tenha sido incentivada pelos EUA.

Um a um, os Estados Unidos vêm atacando os pilares da visão de Xi Jinping de uma China ascendente, pronta para vestir a faixa de superpotência global. Em questão de semanas, o governo de Donald Trump (2017-21) impôs sanções em resposta às punitivas políticas chinesas para Hong Kong e à província de Xinjiang e restringiu o acesso chinês a tecnologias americanas. Washington, neste sentido, passou a considerar as reivindicações territoriais de Pequim no Mar do Sul da China “ilegais”, abrindo caminho para um confronto mais acentuado entre os dois países.

Há anos, historiadores rejeitam a ideia de uma nova Guerra Fria entre EUA e China. Para eles, o mundo estaria conectado demais para ser dividido em dois blocos, algo bastante diferente de

quando americanos e soviéticos disputavam a supremacia planetária. Agora, no entanto, o esfacelamento da relação sino-americana prepara o terreno para um confronto que poderá ter muitas das características da disputa entre Moscou e Washington, inclusive seus perigos, uma vez que a lacuna de poder está diminuindo, e a lacuna ideológica vem aumentando. Sob estas circunstâncias, até mesmo pequenas querelas correm o risco de se transformar em conflitos militares. O relacionamento entre a China e os EUA é cada vez mais imbuído de desconfiança e hostilidade, especialmente onde interesses colidem: nos espaços cibernético e sideral, no Estreito de Taiwan, no Mar do Sul da China e até mesmo no Golfo Pérsico, onde Irã e China preparam um (ambicioso e perigoso) acordo de parceria comercial e militar. (RUSH DOSHI, diretor da Iniciativa de Estratégia Chinesa da Brookings Institution. “China e EUA no pior momento”, *O Globo*, 15/07/2020, p. 32)

Replica-se, desta feita, em certa medida, um cenário geopolítico semelhante ao que originou a Primeira Guerra Fria em 1947 – com o expansionismo soviético, em grande parte financiado pelos generosos aportes de dinheiro e armas, muito além das reais necessidades combativas russas nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, dentro do programa Lend Lease. No novo cenário, ainda que seja este desprovido do nítido (e quase exclusivo) viés de confrontação ideológica que se constituiu na tônica do passado, desperdiça-se, igualmente (guardadas, entretanto, as devidas proporções), a ocasião para forjar uma “aliança de oportunidade” com a ascendente “Potência Chinesa” e o revigorado “Império Russo” (a exemplo

do que os anglo-americanos poderiam ter concebido com a Alemanha, no final da guerra, em relação à contenção da URSS) para o necessário combate à ameaça global representada pelo fundamentalismo religioso de feição islâmica radical (jihadismo).

Em qualquer hipótese, é visível a postura agressiva de Pequim, com sua correspondente determinação de prosseguir, muito além de quaisquer obstáculos que venham a surgir, em sua muito bem lançada estratégia nacional de dominância global, incluindo concessões e benefícios econômicos e técnicos, notadamente em áreas sensíveis como energia nuclear, em relação até mesmo a aliados tradicionais dos EUA, como a Arábia Saudita.

Em um movimento que gerou preocupação inclusive de nações aliadas, a Arábia Saudita construiu, com apoio da China, uma instalação capaz de produzir urânio refinado, primeira etapa para seu enriquecimento e uso em atividades nucleares. (...)

A unidade fica em uma área desértica do Noroeste do país, perto de al-Ula, e era (até então) mantida longe dos olhares públicos (...)

No local, é realizado o refino do minério de urânio até sua transformação no chamado *yellow cake*. Esse material será, mais tarde, enriquecido até que possa ser usado em atividades nucleares, como a geração de energia e, em último caso, armamentos. (...)

O interesse do governo saudita em desenvolver atividades nucleares surgiu em 2006, mas foi intensificado nos últimos anos no contexto da chamada Visão 2030, um ambicioso plano moldado pelo príncipe herdeiro, Mohammad Bin Salman, para mudar o modelo econômico do Reino. (...)

A Arábia Saudita ainda não tem capacidade de enriquecer urânio, (...) mas está perto de completar seu primeiro reator, em Riad. Ao mesmo tempo, é acusada de tentar evitar o monitoramento da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica), levantando dúvidas sobre seus reais objetivos. (...)

Maior rival da Arábia Saudita, o Irã é acusado há pelo menos duas décadas de manter um programa nuclear com fins militares. (...)

Os sauditas afirmaram, em diversas ocasiões, que se os iranianos conseguissem uma arma nuclear também teriam suas próprias bombas. Neste contexto, preocupa a falta de transparência do país. (“Arábia Saudita está processando Urânio”. *O Globo*, 06/08/2020, p. 24)

A Rússia, inicialmente, aquiesceu à chamada Nova Ordem Internacional, inaugurada em 1991, passando, destarte, a ostentar uma postura de natureza revisionista somente a partir da hecatombe econômica que a conduziu a uma crise política insustentável e, por consequência, à renúncia de Boris Yeltsin e à ascensão de seu vice-presidente, Vladimir Putin, ao poder em 2000. Já Pequim jamais aceitou, de forma diversa do que imaginaram as lideranças políticas em Washington, um restritivo papel de potência regional que lhe foi reservado na nova orquestração mundial (conforme, ingenuamente, deduziu também a maioria das lideranças das principais potências ocidentais), construindo, em consequência, ainda que de forma gradual, silenciosa e, sobretudo, dissimulada, uma visão disruptiva (e uma correspondente estratégia para este fim) em relação ao novo sistema internacional implantado com o fim da Primeira Guerra Fria.

A China espera trabalhar com os americanos a fim de reduzir diferenças de posição, com base no respeito mútuo, e concentrando-se na cooperação e na gestão das diferenças (...) (Devemos pôr fim à mentalidade ultrapassada de Guerra Fria. (HUA CHUNYING, porta-voz da Chancelaria chinesa, em resposta ao discurso de Donald Trump sobre o Estado da União junto ao Congresso Norte-Americano em 31/01/2018; *O Globo*, 01/02/2018, p. 25)

Não por acaso, nota-se o seu (agora ostensivo) comportamento agressivo e, especialmente, confrontativo em relação aos EUA e a todos os demais países que, de alguma forma, são vistos como obstáculos aos seus planos de redesenhar (a partir de seu ponto de vista geopolítico) uma nova governança mundial.

Consolida-se, nos EUA, um consenso bipartidário sobre o imperativo de estabelecer limites à expansão da influência chinesa. (...) Como na Guerra Fria, desenha-se uma estratégia de *contenção* de longo prazo.

Com Xi Jinping, a “diplomacia do sorriso” ficou no passado. “A China já não teme ninguém”. (...)

A China, que já não sorri, coloca em evidência o tema da emergência de uma grande potência numa ordem internacional construída pela principal potência anterior. O exemplo da ascensão de uma “potência satisfeita”, que vê a ordem existente como moldura adequada para alcançar seus objetivos nacionais, como o Japão do Pós-Guerra, já não se aplica ao caso chinês. A China tornou-se uma “potência insatisfeita”, como a Alemanha do entreguerras, que enxerga a Pax Americana como obstáculo a seus interesses nacionais.

Multiplicam-se as superfícies de atrito. (...)

Durante a Guerra Fria, os EUA ergueram ao redor da URSS um “cordão sanitário” de alianças político-militares que se estendiam da Europa ao Extremo Oriente. O cordão sanitário que se esboça em torno da China é diferente, pois seus componentes são militares e tecnológicos e, ainda, porque o parque industrial chinês não será desligado da economia mundial.

A globalização não sai de cena, mas ingressa em nova etapa, crivada pelo antagonismo sino-americano. (DEMÉTRIO MAGNOLI. “Um Novo ‘Cordão Sanitário’”, *O Globo*, 27/07/2020, p. 3)

Porém, diferentemente da Rússia, que deseja apenas protagonizar, juntamente com os EUA, a liderança global, a China pretende ir muito além, constituindo-se na potência hegemônica e dominante e, portanto, não propriamente ao lado, mas, reconhecidamente, acima dos EUA, da Rússia e da Índia, impondo, sob suas estritas diretrizes, os rumos da humanidade.

A ascensão da China está alterando profundamente o equilíbrio global do poder. A China será em breve a maior economia do mundo e tem o segundo maior orçamento de defesa. Está investindo fortemente em novas capacidades militares de longo alcance, mísseis que podem chegar a todos os aliados da Otan, e modernizando (como, igualmente, desdobrando) as suas forças nucleares.

E não se trata aqui da necessidade de entrar no Mar do Sul da China, mas sim do fato de a China estar se aproximando de nós. (JENS STOLTENBERG. Secretário-Geral da Otan. “Otan avisa Ocidente para não ignorar a China”, *Euronews*, 16/06/2020)

Ainda que seja cedo concluir que a China ainda não venceu o novo confronto global (que, aliás, em alguns pontos, ainda está se delineando no horizonte), é fato que ela vem liderando a competição em clara vantagem, até porque os EUA demoraram muito tempo para perceber que a Nova Ordem Mundial não significava, como apressadamente anunciou Francis Fukuyama, o “fim da história” e o correspondente triunfo (completo) do regime democrático liberal de feição anglo-americano.

Se o mundo caminha para uma nova Guerra Fria, os chineses chegam ao confronto em clara vantagem (...) o maior erro dos EUA foi a incapacidade de elaborar uma estratégia para lidar com a ascensão da China. (...) É um contraste gigante com o plano articulado em 1946 pelo diplomata americano George Kennan para conter a União Soviética. (...) Depois da vitória na Guerra Fria contra a União Soviética, os EUA se tornaram complacentes. No famoso artigo “O Fim da História” (1992), Francis Fukuyama previu que todas as sociedades se tornariam democracias liberais, e que por isso os EUA e a Europa podiam relaxar e não fazer nada. Esse artigo causou um grande dano cerebral ao Ocidente, porque foi publicado no momento em que China e Índia despertavam de um sono de 200 anos. Nos últimos 40 anos, a China viveu o maior crescimento econômico da história e os EUA ficaram paralisados, assumindo que seriam “o número um” para sempre. Esse foi o seu maior erro estratégico. (...) Muitos americanos acreditaram que a abertura econômica levaria à abertura do sistema político chinês. Hoje está cada vez mais claro que a China não está se movendo nem um pouco para uma

democracia liberal e quer manter seu próprio sistema político. Por isso há uma desilusão entre americanos com Fukuyama. (...) O conceito de uma potência benevolente é um paradoxo. Todas as grandes potências defendem seus interesses. A China certamente se tornará um desafio para o mundo à medida que se tornar mais forte. (...) Grande parte da incompreensão ocorre porque o Ocidente parte de suposições ideológicas ao lidar com a China. A maior democracia do mundo é a Índia. A diferença entre a Índia e a China é que a Índia é uma sociedade aberta com uma mente fechada, enquanto a China é uma sociedade fechada com uma mente aberta. Isso explica o dinamismo da sociedade chinesa. (...) A China ainda não venceu. Porém, com sua falta de estratégia, os EUA estão dando à China uma vantagem competitiva. (...) Pequim é um desafio geopolítico muito mais formidável do que a União Soviética. Se os EUA foram capazes de delinear uma estratégia coerente, plausível e inteligente para lidar com a União Soviética, também podem fazer o mesmo com a China. Mas precisam ouvir os conselhos de George Kennan. (KISHORE MAHBUBANI. “A China venceu?”, *O Globo*, 08/06/2020, p. 18)

Em muitos aspectos, a pandemia de Covid-19, muito embora, a exemplo de outras catástrofes humanas, não tenha o poder de alterar a história, certamente irá acelerar o processo de declínio de poder relativo dos EUA em relação à China e, em parte, em relação às demais potências em ascensão, como a Rússia (com seu viés revisionista) e a Índia (segundo sua lógica reativa).

Wade Davis é um antropólogo canadense formado em Harvard, com vários

livros publicados. Num artigo recente ele compara o horror do coronavírus com outras pandemias que mudaram o curso da história, como a Peste Negra, que liquidou com um terço da população da Europa no século XIV e causou revoltas e privações que, por sua vez, acabaram com o feudalismo que dominara o mundo por mil anos. Para Davis, entre os estragos provocados pela nova pandemia, está o fim da supremacia americana.

O autor divide a história em supremacias. O século XV seria o da supremacia de Portugal, com sua voracidade por mares nunca antes navegados. O século XVI seria da Espanha. O XVII, da Holanda; o XVIII, da França; e o XIX, do Reino Unido. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, séculos sem fim seriam dos Estados Unidos, que saíram da guerra como a maior potência do mundo, capaz não apenas de ajudar a Europa a se recuperar dos estragos deixados pela guerra, como de distribuir os benefícios da sua supremacia entre uma imensa classe média interna (taxando os mais ricos em quase 90% da renda). Uma classe consumidora formada em grande parte pela geração que voltava da guerra, com direito à educação subvencionada e à certeza de emprego numa economia mobilizada pelo tal complexo militar industrial, que nunca se desmobilizou.

O século americano vai durar pouco, segundo Davis, porque os americanos não entenderam sua própria excepcionalidade ou se julgaram excepcionais pelas razões erradas. A classe bilionária é subtributada, o capital desenfreado comanda as transações num sistema financeiro que existe para servir à classe bilionária e questões como a desigualdade e conflitos raciais não foram resolvidas. (“Supremacias”, *O Globo*, 13/08/2020, p. 3)

Em qualquer hipótese, a verdade é que a sociedade norte-americana ainda não se conscientizou (de forma unânime) quanto à nova ameaça vermelha, pouco percebendo a estratégia chinesa no que concerne aos elevados investimentos em educação (construindo verdadeiras ilhas de inovação, como fizeram os EUA no passado, praticamente sem concorrência) e ao inteligente emprego do fenômeno globalista exclusivamente em seu favor (associando-o a um paradoxal protecionismo econômico).

Há não muito tempo, a China era conhecida pela falsificação e pirataria, mas hoje é o principal concorrente dos EUA na disputa pela hegemonia global. Com muito investimento em educação, ciência e tecnologia, além de um governo fortemente centralizado, o país asiático se transformou em um dos principais polos de desenvolvimento de produtos e serviços (...), realizando um verdadeiro salto da imitação para a inovação, usando a inteligência artificial. (...)

Para alcançar esse estágio, a China investiu por muitos anos em educação, ciência e tecnologia. Na década de 1970, Pequim criou um programa para enviar estudantes a universidades no Ocidente. Com o intercâmbio de conhecimento, as instituições de ensino da China avançaram.

Além disso, enquanto no Vale do Silício as empresas se tornaram referência pelo ambiente despojado e foco na criatividade, os chineses são conhecidos por jornadas extenuantes, o chamado Sistema 996: trabalho das 9h às 21h, seis dias na semana.

É, portanto, com investimento em educação que a China forma os engenheiros, cientistas de dados e desen-

volvedores por trás das inteligências artificiais. (...)

E o resultado desse rápido avanço tecnológico é visível nas ruas das megalópoles chinesas. (...) Carros e ônibus elétricos são uma realidade, e os *smartphones* têm autênticos superaplicativos. (...)

Mas a China também tem características próprias que facilitam o ambiente de inovação. (...) O país tem mais de 850 milhões de pessoas conectadas à internet, ou seja, um em cada cinco internautas no mundo é chinês.

Outro fator é o protecionismo. A China é uma economia extremamente fechada e impõe inúmeras barreiras a companhias estrangeiras. Gigantes americanas, como Google, Facebook e Amazon, não têm permissão para oferecer lá seus produtos e serviços. Sem concorrência, as empresas chinesas se beneficiam, crescendo em ritmo frenético.

Vale frisar que a China só conseguiu alcançar o estágio em que se encontra porque tem o maior mercado consumidor do mundo. E ela consegue alcançar escala simplesmente protegendo o próprio mercado. Além disso, o país tem um planejamento de longo prazo que integra investimentos em educação, ciência e tecnologia. Foram décadas de investimentos, que hoje estão gerando os frutos. (KAI-FULLEE; *O Globo*, 27/05/2020, p. 20)

Ademais, de forma diversa da URSS (a antiga e vencida adversária norteamericana na Primeira Guerra Fria), a China é uma potência (plenamente) conectada às redes de globalização (ainda que só no sentido que lhe é favorável), além de delinear uma aura de incontestabilidade (e demonstrada) eficiência em torno de

seu modelo autoritário (que, para alguns, revela-se em uma faceta verdadeiramente totalitária) de capitalismo de estado.

No pós-guerra, o rival era a URSS, uma potência fechada no casulo geopolítico e econômico do bloco socialista. O rival de hoje, a China, pelo contrário, é uma potência conectada às redes da globalização. O triunfo chinês sobre os EUA, no teste da pandemia de SARS-CoV-2, não só amplia sua influência internacional como delinea uma aura de eficiência em torno de seu modelo autoritário de capitalismo de Estado. O conceito nacionalista de Trump (2017-21) saiu fortalecido da emergência mundial. Mas, ironicamente, a vitória doutrinária é de Pirro: representa uma derrota estratégica para os EUA. (DEMÉTRIO MAGNOLI. “Depois do vírus, Kant ou Hobbes?”, *O Globo*, 20/04/2020, p. 3)

Não sem razão, portanto, a dinâmica da chamada Segunda Guerra Fria será (e, em alguma medida, já está sendo) muito diferente do conflito que lhe antecedeu.

Tal assertiva não se deve apenas ao fato notório de que a China passou a ser o principal adversário dos Estados Unidos (em substituição, nesta posição, à antiga União Soviética), mas, acima de tudo, pela brilhante estratégia (e, igualmente, pelas muito bem elaboradas narrativas) que Pequim soube, com extrema habilidade, construir ao longo de mais de 40 anos de predominância de um novo pensamento estratégico muito mais assertivo (e inaugurado, mais precisamente, após a morte de Mao Tsé-Tung em 1976 e a posterior oficialização de Deng Xiaoping no poder em 1978). Esse novo, que busca, em última análise, não repetir os (reconhecidos) erros históricos que conduziram



à derrota soviética na Primeira Guerra Fria, e ao fim da URSS em 1991 (e de seu consequente projeto de dominância global, fulcrado em uma concepção preponderantemente ideológica de feição comunista-internacionalista). “Se não fizermos nada, eles [os chineses] nos ultrapassarão”. (JOE BIDEN, comentando conversa telefônica com Xi Jinping em 11/02/2021; *O Globo*, 12/02/2021, p. 18)

Tal como no passado, o desafio norte-americano será o de lograr manter, simultaneamente, uma capacidade militar (e um correspondente suporte econômico) capaz de confrontar a China e a Rússia (ambos, tanto em termos de capacidade convencional como nuclear), além dos demais adversários regionais, como a Coreia do Norte e o Irã, e o terrorismo jihadista (este, em especial, no contexto específico das chamadas Novas Guerras). Isso deverá ser feito por meio de uma nova abordagem que se convencionou chamar de “combate em múltiplos domínios” e que replica, em certa medida (ainda que com novas feições), a anterior capacidade de travar “uma guerra e meia” (uma “total” contra a antiga União Soviética e outra “limitada”, de caráter regional) no contexto conflitual anterior com a URSS (e seus aliados), China, Coreia do Norte, Cuba e Vietnã do Norte (e Vietnã, após a unificação em 1975). Mesmo considerando que os três

últimos, a exemplo da atual situação da Coreia do Norte e do Irã em relação à China do presente, não orbitavam diretamente a área de influência soviética, atuando, muitas vezes, de forma autônoma.

Destarte, sob o prisma de qualquer análise que se possa elaborar (sobre a Segunda Guerra Fria), é forçoso concluir que, em muitos aspectos, ela vem ostentando (e efetivamente ostentará) uma dialética própria (e, em muitos aspectos, singular), muito distante daquela observada em sua versão anterior.

Ainda que (a exemplo do conflito antecedente) a mesma seja focada em uma confrontação com resquícios de bipolaridade (no caso, EUA e China), posto que a Rússia não almeja propriamente a hegemonia global (e sim um protagonismo paralelo) e a Índia apenas estabelecer uma ação reativa ao expansionismo chinês e, igualmente, um papel protagônico na governança mundial, é fato que os novos atores globais possuem (e/ou estão desenvolvendo) capacidades de poder nacional equiparáveis (efetiva ou potencialmente) às dos EUA, encerrando, em definitivo, a fase de unipolaridade estadunidense que marcou sobremaneira a Nova Ordem Internacional e inaugurando uma nova era tetrapolar (EUA, Rússia, China e Índia) ou mesmo eventualmente pentapolar (na hipótese de o projeto confederativo europeu lograr êxito).

#### 4. O Transporte e as Rotas Comerciais

Atualmente, existem duas formas viáveis de se transportar um produto da China para o resto do mundo. A primeira dá-se por via aérea, que, embora seja a opção com maior rapidez, também é a mais cara. O Banco Mundial estima que o custo possa ser de 12 a 16 vezes maior que o transporte marítimo de longas

distâncias e cinco vezes maior quando comparado com o transporte terrestre. Por conta disso, 80% de todo o volume do comércio global é feito por meio de navios. Consequentemente, as principais rotas marítimas que existem no mundo revolucionaram o comércio internacional, como é o caso do Canal de Suez, no Egito.

## 5. A Crise de Suez

O Canal de Suez, fundado em 1869 pela França em conjunto com o Egito, possui grande importância geopolítica, uma vez que liga o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho e, conseqüentemente, reduz o percurso e o tempo de travessia entre o Ocidente e o Oriente. Entretanto o território e a empresa que operava no Canal eram, até 1875, de nacionalidade egípcia. O Reino Unido, então, comprou parte da empresa em questão, estabelecendo um controle parcial sobre as operações do Canal, situação que perdurou até 1882, momento histórico em que, durante intervenções estrangeiras empreendidas no território egípcio, o Reino Unido tomou o domínio pleno do Canal, evento dotado de expressiva importância tanto na Primeira Guerra Mundial (1914-18) como na Segunda Guerra Mundial (1939-45).

Interessante consignar que o Egito esteve sob o regime monárquico até 1952, quando o Rei Farouk, um grande aliado do Reino Unido, foi deposto por oficiais nacionalistas do Exército daquele país, gerando, por conseguinte, uma significativa preocupação em relação à situação político-jurídica da região do Canal de Suez. De fato, o novo governo egípcio expressava ostensivamente ambições políticas nacionalistas, notadamente no sentido de se libertar do imperialismo britânico e modernizar o país.

Nesse contexto, em 1956, o General Gamal Abdel Nasser foi eleito Presidente da recém-nascida República do Egito, como parte do processo de modernização da nação. Imediatamente, Nasser colocou em prática um plano (dotado de suporte financeiro dos Estados Unidos e do próprio Reino Unido) de construir uma moderna barragem no Rio Nilo: a Represa de Assuã. Porém, em julho daquele mesmo

ano, Londres e Washington cancelaram o aludido apoio financeiro, o que se deu após tomarem conhecimento de um acordo secreto de fornecimento de armas celebrado entre Nasser e os dirigentes da antiga União Soviética, em uma manobra arriscada do mandatário egípcio, ainda que supostamente necessária aos seus ambiciosos planos de desenvolvimento econômico.

Nasser, por meio de uma investida político-militar e sem vislumbrar outras alternativas, decidiu nacionalizar (com o respaldo da URSS) a região do Canal de Suez, com o propósito principal de financiar a construção da citada represa. Na França, assim como no Reino Unido, esse propósito de nacionalização simplesmente “explodiu” como uma bomba, funcionando como um verdadeiro estopim para a chamada Crise de Suez.

A França e o Reino Unido tinham um plano audacioso e, em muitos aspectos, arriscado. Israel, que vivia em constante tensão com o Estado egípcio, invadiria a Faixa de Gaza e a Península do Sinai (localizada no Egito) em direção ao Canal. Em seguida, Londres e Paris, que haviam previamente combinado o ataque com Israel, se ofereceriam para separar ambos os exércitos em conflito e recuperar a área. E, dessa forma, foi executado o projeto. Porém o mesmo fracassou (em sua concepção original) em decorrência da recusa de Nasser, que, neste sentido, contou com grande apoio do povo egípcio, que aderiu “voluntariamente” à “ideia”. Essa decisão (prevista pelos estrategistas britânicos e franceses) foi propositalmente usada como pretexto para que a França e o Reino Unido atacassem o Egito em conjunto com Israel.

Cabe registrar que Washington e Moscou discordaram das ações militares na região, sendo interessante ressaltar

que os EUA foram muito criticados pela comunidade internacional, em uma edição embrionária do chamado “marxismo cultural” e das diversas e diferentes narrativas ideológicas que dominaram os anos da Guerra Fria (1947-91), por condenarem a intervenção soviética na crise da Hungria no mesmo ano (1956) e na Alemanha Oriental em 1953 e, de forma diametralmente oposta, permanecerem em relativo silêncio (no período inicial do conflito) sobre as operações militares no Egito por parte de dois dos seus maiores aliados: a França e o Reino Unido. Por conta disso, Washington, premido pela opinião pública doméstica e internacional, passou a pressionar seus aliados para que cessassem o confronto.

A URSS, agora parceira comercial do Egito, no auge da crise, chegou mesmo a ameaçar Londres e Paris com um ataque nuclear. O Presidente Eisenhower, já em virtual confronto com o sistema internacional, reputava inconcebível um conflito nuclear por conta de ultrapassados interesses colonialistas britânicos e franceses e, considerando esses fatores, almejava dar um fim (definitivo) ao problema. Para isso, o mandatário americano negociou uma venda maciça de libras, provocando a queda do valor de mercado da moeda inglesa. Londres, em pânico e sob protestos da população, determinou, no mesmo dia, a imediata e humilhante suspensão dos combates.

Dessa forma, o plano anglo-francês para a recuperação da região naufragou, e os americanos conseguiram controlar – ainda que de forma que ensejou uma “crise de confiança”, sobretudo com a França, já sentindo-se traída com a ausência de apoio militar na Indochina em 1954 – a chamada Crise do Canal de Suez. Contudo a URSS conseguiu subsistir de forma preocupante no Oriente Médio, reagindo

à influência ocidental (particularmente à norte-americana), pois passou a financiar (quase que exclusivamente) a construção da Represa de Assuã e a se constituir no maior aliado geopolítico do Egito.

Algumas importantes conseqüências se fizeram sentir ao final da Crise de Suez. Britânicos, franceses e israelenses perceberam que suas liberdades de ação não eram ilimitadas e que o Reino Unido e a França deixavam oficialmente, naquele momento histórico, de constar no rol das grandes potências mundiais, consolidando a chamada bipolaridade de poder global entre os EUA e a URSS.

De sua parte, os oficiais israelenses se conscientizaram de que suas ações militares precisariam ser, a partir de então, limitadas caso pretendessem manter a importante aliança com os EUA. Nesse sentido, é forçoso reconhecer que, diferentemente da França e do Reino Unido, Israel, de uma certa forma, logrou alguma vantagem com o conflito em questão, pois obteve a abertura do Golfo de Ácaba e pôs fim às infiltrações palestinas. França e Reino Unido, por sua vez, reconheceram amargamente que haviam se tornado potências de segunda categoria, diferentemente dos EUA e da URSS, que continuavam a exercer autêntica influência mundial.

Nasser, apesar de ter saído derrotado no campo militar, sagrou-se vitorioso no âmbito político. A resolução da crise alavancou ainda mais a sua popularidade, disseminando de vez o fenômeno do “nasserismo”. Dessa forma, a operação da coalizão (Reino Unido, França e Israel), a qual tinha como um dos seus objetivos derrubar Nasser, acabou provocando justamente o efeito contrário.

O conflito na região do Canal de Suez ceifou a vida de milhares de soldados e civis, principalmente do lado egípcio. Ainda assim, ao término da questão, Nasser

tornou-se o herói do mundo árabe e, por extensão, de todo o denominado Terceiro Mundo, iniciando um importante processo de nacionalismo árabe (pan-arabismo), fenômeno que, em muitos aspectos, foi fundamental para conter o islamismo radical

(jihadismo) no Mundo Árabe e Persa até a Revolução do Irã, em 1979, o que, indiretamente, favoreceu a URSS, que somente passou a ter problemas em suas repúblicas islâmicas no final da década de 70, com a Guerra do Afeganistão (1979-89).

## 6. A Rota Comercial Alternativa da China

Sob o restritivo (e isolado) ponto de vista (oficial) de Pequim, a China corre um suposto “risco de ser estrangulada em seus próprios domínios marítimos e de ter seu comércio prejudicado pela presença militar norte-americana no Pacífico e nos seus contornos oceânicos”. Tal feito, sob a ótica chinesa, está se configurando de forma clara devido à presença, cada vez mais acentuada, dos Estados Unidos em vários pontos estratégicos, como, por exemplo, no caso do desdobramento das forças estadunidenses estacionadas nas Filipinas que, além de objetivar combater o Estado Islâmico, visam (hipoteticamente) manter a China sobre controle.

A economia chinesa cresceu tanto que é fácil esquecer como a metamorfose do país em uma potência era improvável, o quanto sua ascensão foi improvisada e veio do desespero. A proposta que saiu das montanhas, logo adotada como política de governo, foi um primeiro passo crucial.

A China agora lidera o mundo em índices como número de proprietários de casas, usuários de internet, universitários e, dizem, bilionários. A pobreza extrema caiu para menos de 1% da população. Um lugar estagnado e empobrecido se tornou o maior rival dos Estados Unidos desde o fim da União Soviética. Agora, um desafio histórico tem lugar. O Presidente Xi

Jinping promove uma agenda externa mais assertiva, enquanto endurece em casa. Com o governo Trump tendo lançado uma guerra comercial contra a China, em Pequim, a questão não é mais como alcançar o Ocidente, mas como avançar, em uma era de hostilidade dos EUA.

O padrão é recorrente: um poder em ascensão desafia o estabelecido. Uma complicação também é familiar: por décadas, os EUA encorajaram a ascensão da China, construindo a parceria econômica mais importante do mundo. No período, os EUA presumiram que a China um dia cederia às supostas regras de modernização e que a prosperidade alimentaria pedidos por liberdade e democratizaria o país. Ou então que a economia naufragaria, sob o peso da burocracia. Mas nada disso aconteceu.

Os líderes chineses abraçaram o capitalismo, mas continuam a se chamar de marxistas. Recorreram à repressão para manter o poder, mas sem sufocar o empreendedorismo. E tiveram mais de 40 anos de crescimento contínuo, com políticas pouco ortodoxas.

Em setembro, a China celebrou 69 anos de governo comunista, superando a União Soviética. A economia do país caminha para virar a maior do mundo por ampla margem. Os comunistas chineses estudaram com afinco erros soviéticos. Concluíram que abraçariam

“reformas” para sobreviver, mas que isso não incluiria a democratização.

(...)

O longo *boom* econômico do país seguiu o excesso autocrático da Revolução Cultural, que dizimou o aparato do partido.

Outra explicação para as transformações está em mudanças burocráticas. Analistas às vezes dizem que a China abraçou a reforma econômica e resistiu à política, mas o partido fez mudanças após a morte de Mao que não foram profundas a ponto de gerarem eleições livres, mas ainda assim significativas. Introduziu limites de mandato e idades de aposentadoria compulsória, o que facilitou a expulsão de funcionários incompetentes. E reformulou os boletins usados para avaliar os líderes locais, concentrando-se quase exclusivamente em metas econômicas concretas. Os ajustes tiveram impacto tremendo, injetando uma dose de prestação de contas e de competição no Sistema Político. (PHILIP P. PAN. “A Metamorfose da China em Potência Global”, *O Globo*, 20/11/2018)

Sob esse prisma analítico, a liderança de Xi Jinping tem, portanto, tentado encontrar rotas comerciais alternativas, de forma a evitar seu possível (e alegado) isolamento comercial.

Apesar desse frágil argumento de isolamento comercial, uma vez que a presença naval estadunidense (mormente após o término da Guerra Fria – 1947-91) tem se reduzido dramaticamente (e somente mais recentemente retornou a uma “curva crescente”), com o fechamento, em 30 de setembro de 1992, das maiores bases militares que se encontravam nas Filipinas (a Base Aérea de Clark, maior

instalação da US Air Force no exterior, e a Base Naval de Subic Bay, que abrigava aproximadamente 6 mil efetivos e se encontrava em atividade há mais de 94 anos no país, ao custo anual de US\$ 200 milhões) e na Tailândia em 1977 (com o fim da Otase, Organização do Tratado do Sudeste Asiático, o equivalente à Otan para a região asiática) –, o discurso diplomático chinês é, sob a ótica da plena defesa de seus dissimulados interesses hegemônicos, todavia, absolutamente persistente em insistir nesta linha de argumentação e a, igualmente, justificar, nesta exata medida, sua crescente presença aeronaval no Mar do Sul da China e na Região do Oceano Índico.

Nesse sentido, a China tem se posicionado militarmente em alguns países e, no continente africano, particularmente no estreito localizado na República do Djibouti, procurando assegurar, sob sua ótica, a navegação de suas embarcações, ao mesmo tempo em que busca conquistar uma rota terrestre comercial como forma alternativa de manter o seu comércio sem os riscos de vir a ser, em suas palavras, “surpreendida por eventuais bloqueios derivados da presença norte-americana em rotas comerciais fundamentais”.

Tal estratégia, iniciada logo após a ascensão de Xi Jinping ao poder, em 2012, passou a ser conhecida por *One Belt, One Road*.

Apesar do todo cuidadoso (e minucioso) planejamento estratégico, a China pode enfrentar alguns grandes obstáculos na execução desse ambicioso plano, não só devido à própria rota, que cruza vários países ao longo do Oriente Médio (e que possuem desavenças históricas com a China), mas também por ser um plano político inteligente, porém economicamente pouco viável. Outro entrave à viabilização do projeto (que,

ainda assim, provavelmente deverá ser adotado, mesmo que em parte e gradualmente) é a possível criação do Curdistão, cuja ideia, apesar de ser embaixada por vários países no Oriente Médio, entre eles a Turquia e o Irã, que não querem perder porções de soberania geográficas a partir de seus territórios, ainda possui grandes chances de se tornar uma realidade.

O Curdistão, nesse particular (e em especial), aparenta ser o maior obstáculo aos planos chineses, uma vez que os curdos (e o projeto de país que eles visam construir) possuem o apoio dos Estados Unidos, sendo aquela, portanto, uma provável e futura zona de influência estadunidense na região, o que, neste sentido, acabaria por projetar os interesses norte-americanos

**Faz muito tempo que a China considera o Ártico como uma área geográfica de importância vital para seus objetivos estratégicos, particularmente de natureza econômica e militar**

em desfavor dos chineses, impedindo-os de completar a planejada rota, iniciada no próprio território chinês, ingressando na Europa e chegando ao Djibouti, onde o escoamento dos produtos (de importação/exportação) aconteceria. “A China criou um híbrido único, uma autocracia com características democráticas”. (YUEN YUEN ANG, cientista política da Universidade de Michigan)

Ainda que tal projeto, em função de todos os óbices, não se operacionalize (a curto e médio prazos), um eventual retorno (em novas bases) de uma presença mi-

litar estadunidense no Iraque tem sido seriamente cogitado como uma estratégia alternativa, em perfeito alinhamento com a decisão de Donald Trump de retirar (condicionalmente) as pequenas forças militares norte-americanas da Síria.

## 7. As atividades (estratégicas) chinesas no Ártico

Faz muito tempo que a China considera o Ártico como uma área geográfica de importância vital para seus objetivos estratégicos, particularmente de natureza econômica e militar. O país procura desenvolver, a exemplo da construção das ilhas artificiais no Mar Meridional da China, uma narrativa que (e de acordo com sua interpretação dos tratados legais internacionais em vigor) lhe permita legitimar a livre fruição de prerrogativas sobre a região, alicerçadas sobre pretensas pesquisas científicas, além de direitos de liberdade de navegação, sobrevoo e pesca no alto-mar do Ártico.

Nesse sentido, é cediço reconhecer que, mesmo antes da atual política chinesa para o Ártico ser revelada, Pequim já vinha expandindo gradualmente sua presença na região. Não é surpresa, portanto, que os chineses estejam realizando inúmeras expedições ao Ártico desde 1999 e que até mesmo já teriam construído sua primeira base de pesquisa na Ilha de Svalbard, em 2004.

As atividades árticas mais conhecidas (e ostensivas) realizadas pela China são principalmente econômicas, especialmente uma pública cooperação energética com a Rússia, como parte do esforço de

Pequim para eliminar sua dependência de carvão para geração de energia e reforçar, de modo geral, a segurança energética. Não por acaso, em dezembro de 2019, os chineses inauguraram o gasoduto Power of Siberia, com 3.000 km de extensão, ligando os rincões siberianos da Rússia ao nordeste da China.

Empresas chinesas também desempenham papéis importantes no Ártico: estão desenvolvendo naquela região o segundo maior projeto de gás natural do mundo. Além da energia, há, ainda, a colaboração da China com a Rússia no estabelecimento de um corredor de transporte global pela rota do Mar do Norte, que, surpreendentemente, não tem chamado muito a atenção nos últimos tempos. Ainda assim, especialistas acreditam que esta rota seria cerca de 40% mais rápida que a mesma jornada pelo Canal de Suez (controlado, em parte, pelo Ocidente), reduzindo, assim, significativamente os custos com combustível e ampliando a segurança chinesa de modo geral.

Um discurso proferido pelo secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, na reunião do Conselho do Ártico, em maio de 2019, alertou para os perigos do investimento chinês na região do Ártico: “Os EUA têm feito expedições para adicionar informações novas e atualizadas referentes ao crescente banco de dados de conhecimento da China sobre as condições climáticas e meteorológicas, geomagnéticas e ambientais na região”.

Desde 2014, a Academia Chinesa de Ciências trabalha em um programa de pesquisa acústica (inclusive para a detecção de submarinos estratégicos SSBN) na região gelada, o qual foi incluído nas inúmeras expedições à região e envolveu a colocação de sensores para observação oceânica a longo prazo. É preciso observar que a China possui um certo interesse em

criar uma rede de observação oceânica em escala global. Estas atividades de vigilância oceânica, supostamente de caráter civil, segundo a própria China, provocaram, inevitavelmente, preocupações: autoridades dinamarquesas de inteligência de defesa alertaram, em novembro de 2019, que a China está cada vez mais utilizando pesquisas científicas como meio de ingresso (militar) no Ártico, descrevendo estas atividades não apenas como uma questão puramente científica, e sim com um objetivo duplo.

Por meio do Relatório Anual do Departamento de Defesa de 2019, os EUA afirmaram que a “pesquisa científica da China” poderia servir para apoiar uma forte presença militar chinesa no Oceano Ártico e que poderia incluir a implantação de uma força de submarinos nucleares na região, inclusive com capacidade de transportar mísseis balísticos (SLBMs). Vale destacar que, assim como Barack Obama (2009-17) foi ludibriado com as falsas motivações exclusivamente civis para a construção das ilhas artificiais no Mar do Sul da China, Pequim parece também desejar ocultar suas verdadeiras intenções com seus persistentes pedidos para evitar a militarização (internacional) da região.

A insistência da China em realizar suas expedições no Ártico, ainda que com relativa cautela, pois o país reconhece a dificuldade de realizar atividades militares sem receber alguma reação adversa dos líderes mundiais e da comunidade internacional, especialmente no que tange à construção de bases militares na região, parece indicar, todavia, as reais intenções chinesas de médio e longo prazos no que concerne ao domínio do continente ártico.

Dessa feita, é forçoso admitir que as atividades de pesquisa científica (com dupla finalidade) pela China provavelmente continuarão acontecendo à revelia

das crescentes críticas e desconfianças internacionais. O próximo passo do país seria o uso de sua Guarda Costeira. Isto incluiria os chineses na participação do Fórum da Guarda Costeira do Ártico como uma forma de aumentar a voz de Pequim e seu papel na administração do

continente. Ao que parece, o país vem se preparando para esse acontecimento, uma vez que, no final de abril de 2020, a Guarda Costeira chinesa realizou um exercício para (supostamente) proteger cabos submarinos de internet, além de outras atividades correlatas.

## 8. A Estratégia de Putin de restabelecer (e mesmo ampliar) a influência russa no Mediterrâneo

No final do século XVIII, o Império Russo, com o propósito de consolidar seu poder e sua influência em relação aos países que lhe faziam fronteira, direcionou todas as suas atenções ao seu flanco sul e, em especial, ao Império Otomano, que naquela época ainda possuía uma grande e poderosa força militar. A estratégia empregada pelo Império Russo para atingir tal desiderato valeu-se da criação de uma substancial (e renovada) frota naval, ainda que a ser operada dentro dos domínios do próprio Império Otomano.

De acordo com essa orientação, foi criada oficialmente, em maio de 1873, a Frota Naval do Mar Negro, que, nos dias atuais, consiste em uma formidável força de águas oceânicas que conta com cerca de 53 navios de superfície, seis submarinos e aproximadamente 25mil efetivos (entre marinheiros e fuzileiros navais). Entretanto, apesar de todo o seu poderio e de ter, historicamente, vencido alguns conflitos importantes contra os otomanos, a Rússia nunca, em toda a sua existência como nação, incluindo o próprio momento temporal ínsito ao século XX, quando se firmou como uma poderosa confederação de 15 repúblicas intitulada União Soviética, possuiu (de forma completamente autônoma e independente) uma base naval e aérea de grandes dimensões (e, sobretudo, fixa) no Mediterrâneo, necessitando a sua

poderosa frota do Mar Negro, por via de consequência, navegar pelos estreitos de Bósforo e Dardanelos, que se encontram no meio do território da Turquia, um país membro da Otan.

Essa situação, de extrema vulnerabilidade estratégica para Moscou, alterou-se, todavia, pela magistral atuação do Presidente Vladimir Putin, que, ao assumir o poder em 2000, no contexto de seus planos revisionistas de recompor o poderio militar russo, bem como de seu prestígio político internacional, estreitou ainda mais a aproximação natural que ocorria com a Síria de Bashar Al-Assad, um aliado de longa data. Com a eclosão da guerra civil naquele país, iniciada em 2011, Putin vislumbrou – a exemplo de Pequim em relação à Região do Mar Meridional da China (com a construção de ilhas artificiais) e ao Oceano Índico (com o seu plano de ampliação de influência denominado Colar de Pérolas) – uma incontestável oportunidade estratégica (aproveitando-se ambas as nações da visível fragilidade quanto à liderança norte-americana no mundo, mormente sob os auspícios de um idealista desconectado com a complexidade geopolítica mundial chamado Barack Obama) de estabelecer (e mesmo expandir) sua presença no Oriente Médio e, de forma mais contundente, no Mar Mediterrâneo (região de histórico domínio



ocidental), atuando, primeiramente, de forma silenciosa e dissimulada – exatamente como logrou fazer Xi Jinping no âmbito de seus interesses expansionistas – por meio de fornecimento de materiais e suprimentos, e, posteriormente, em 2014, de maneira mais ostensiva, auxiliando de forma direta no conflito sírio com efetivos e equipamentos militares, atacando (com sucesso) os grupos contrários ao regime de Bashar Al-Assad.

Em perseguição a tal objetivo, Putin construiu a Base Aérea de Hmeimim, anexando-a oficialmente ao seu contingente permanente na Síria em 2017 e obtendo pleno e incontestado acesso à Base Naval de Tartus, logrando conseguir, em um curto período de apenas cinco anos, uma posição militar permanente que nenhum czar, e tampouco algum secretário-geral do Partido Comunista da URSS, conseguiu anteriormente propiciar (plenamente) à Rússia. Ou seja, Putin obteve para a Rússia uma presença naval e aérea permanente no Mediterrâneo e a correspondente capacidade de ampliação da mesma para outros países, aproveitando-se das “aventuras” desestabilizadoras que Obama e seus aliados da Otan patrocinaram com o nome de Primavera Árabe, que desestruturou antigos aliados ocidentais (como o Egito) e mesmo novos simpatizantes do Ocidente, como Muammar Khadafi, da Líbia (que, inclusive, em uma clara e inequívoca demonstração de desejar buscar uma aproximação com os Estados Unidos, entregou àquela nação todo o seu material nuclear, “abrindo mão”, por via de consequência, de seu programa atômico).

Nessa toada, e aproveitando-se do vácuo de poder propiciado pela malsinada interferência política do Ocidente, em 2017, a Rússia e o Egito assinaram um importante acordo que passou a permitir que a Força Aérea russa utilizasse bases aéreas

egípcias (desde que o governo com sede no Cairo seja avisado com determinada antecedência), restabelecendo, em grande medida, sua anterior posição (dos tempos da URSS) naquele importante país.

Em conveniente adição (e aproveitando o sucesso na Síria e o próprio acordo no Egito), Putin percebeu na Líbia, que desde 2014 vive uma desastrosa guerra civil (em grande medida ocasionada pela ingenuidade irresponsável de Barack Obama), uma nova oportunidade de estender ainda mais a sua influência no Mediterrâneo, em um contexto de um amplo acordo com a China de, coordenadamente, expandir suas respectivas áreas de influência (a Rússia sobre o Oriente Médio e o Mar Mediterrâneo e a China sobre o leste do Oceano Pacífico e o Oceano Índico, e ambas, conjuntamente, sobre o Ártico), em mais um desafio à liderança estadunidense e, em particular, à chamada Nova Ordem Mundial idealizada (e patrocinada) por Washington.

Apesar de o Presidente Putin manter uma postura oficialmente neutra (em relação ao conflito líbio) e de buscar construir uma narrativa de que a Rússia procura negociar um fim pacífico para o conflito, cerca de dois mil mercenários russos do Grupo Wagner encontram-se operando na Líbia ao lado das forças de Khalifa Haftar, tendo muitos deles vindo da Síria (com larga experiência em combates) após a diminuição da intensidade dos conflitos naquela região. Apesar do fato de que o próprio Vladimir Putin reconheceu, em 2019, em uma conferência de imprensa com a chanceler alemã Angela Merkel, que mercenários russos estavam, de fato, atuando na Líbia, o mesmo, em fiel obediência à sua muito bem elaborada estratégia de ampliação de sua influência geopolítica, negou qualquer apoio oficial por parte de seu governo às forças de Haftar.

A aposta de Putin, como habilidoso estrategista que já demonstrou ser, é bem clara: se Khalifa Haftar (que, apesar de não ser reconhecido pela ONU e pelos EUA, possui um domínio de fato da maior porção territorial da Líbia, excluída a capital Trípoli) perder, poderá

alegar que nunca o apoiou oficialmente, mas, se vencer, será, em grande parte, devido à atuação dos mercenários russos, recolocando a Líbia, assim como a Síria, definitivamente na esfera de influência russa e, aumentando, como objetivado, a presença de Moscou no Mediterrâneo.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<POLÍTICA>; Rússia; China;

<RELAÇÕES INTERNACIONAIS>; Comércio Exterior; Nova Ordem Política; Otan; Relação EUA e URSS;